CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

MACEDO DE CAVALEIROS

Centro Social Nª Sª de Fátima

RELATÓRIO E CONTAS

2024

CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
Av. D. Nuno Álvares Pereira n.º 76
5340-202 Macedo de Cavaleiros

RELATÓRIO E CONTAS – EXERCÍCIO DE 2024

Nos termos da Lei e dos Estatutos do CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, a Direção vem por este meio apresentar aos digníssimos elementos do Conselho Fiscal o Relatório de Gestão e as Contas, relativas ao exercício de 2024, a fim de ser discutido e votado em Reunião Geral.

A Direção

Presidente,

Secretário,

Tesoureiro,

1º Vogal,

2º Vogal

1. Nota Introdutória

O ano de 2024 foi recebido com grande entusiasmo, repleto de expetativas e a esperança de que os desafios se transformassem em novas oportunidades de desenvolvimento e crescimento para a nossa instituição.

É com enorme satisfação que anunciamos o início das atividades do Centro de Apoio à Vida, um espaço dedicado a apoiar as jovens mães e os seus filhos, na convicção de que aqui terão a oportunidade de adquirir competências parentais essenciais para um futuro mais autónomo e promissor.

Da mesma forma, a resposta social Acolhimento Familiar tem vindo a crescer de forma notável, afirmando-se com a realização de campanhas de sensibilização por todo o distrito, bem como com a receção de manifestações de interesse, e a organização de sessões informativas e de esclarecimento. Este projeto representa um passo significativo no apoio a famílias e crianças em situações de vulnerabilidade.

A Creche e o Pré-escolar do Centro Social Nossa Senhora de Fátima continuam a ser respostas muito procuradas pela comunidade. O trabalho desenvolvido nestas respostas tem sido um exemplo de excelência, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade que favoreça o desenvolvimento integral das crianças que nelas estão inscritas.

No Centro de Dia Padre Carlos Susano, o trabalho desenvolvido tem sido fundamental no apoio aos utentes, oferecendo um serviço de qualidade, individualizado e personalizado, atendendo às necessidades específicas de cada um, assim como das suas famílias.

Relativamente à Casa de Acolhimento, temos vindo a manter um trabalho contínuo de melhoria, com a garantia de que cada criança e jovem acolhida receba o apoio necessário para o seu desenvolvimento e adaptação, sempre com a perspetiva de criar um ambiente acolhedor, seguro e estimulante.

Ao fazermos este exercício de análise sobre as atividades do ano transato, temos plena consciência de que o trabalho desenvolvido só foi possível graças ao esforço e empenho de todos os colaboradores, que, com dedicação e compromisso, se entregam diariamente à causa do bem-estar das crianças, jovens, famílias e idosos. O seu trabalho incansável tem sido essencial para o sucesso da nossa intervenção.

2. Envolvente Económica

Em 2024, a conjuntura económica internacional foi caracterizada por um cenário de recuperação lenta. O impacto dos conflitos armados mundiais (Rússia/Ucrânia e Israelo Palestiniano) continuaram a fazer-se sentir. A inflação global, embora tenha começado a diminuir em algumas regiões, ainda era um problema significativo, especialmente em economias desenvolvidas, onde as políticas monetárias restritivas continuaram a ser implementadas pelos bancos centrais. O crescimento económico global foi moderado, com projeções de crescimento mais fracas em comparação com os anos anteriores, devido a uma série de fatores, como o aumento das taxas de juros, a escassez de mão-de-obra em algumas economias e a desaceleração da China, que afetou as cadeias de abastecimento globais. A transição energética também se consolidou como um tema relevante, com muitas economias tentando equilibrar o crescimento económico com a sustentabilidade ambiental, investindo em novas tecnologias e fontes de energia renovável. O consumo das famílias teve um papel central na recuperação económica, mas foi afetado pela inflação, que diminuiu o poder de compra e aumentou o endividamento das famílias. Em algumas regiões, houve uma reorientação do consumo em direção a bens mais essenciais e uma adaptação aos novos custos. Além disso, o comércio internacional foi impactado por tensões geopolíticas, que aumentaram a incerteza nos mercados globais. Embora houvesse sinais de recuperação nas economias emergentes, os riscos de uma nova desaceleração econômica global não estavam descartados.

Em resumo, 2024 foi um ano de incertezas, com economias tentando ajustar-se às mudanças de paradigmas enfrentando as consequências da guerra e desafios estruturais, como a inflação e o elevado endividamento.

No seu relatório de janeiro de 2025, o Banco Mundial refere que a expectativa é que o crescimento global se mantenha estável em 2,7% em 2025–26. No entanto, a economia global parece estar a acomodar-se num patamar de baixos índices de crescimento, que será insuficiente para promover um desenvolvimento econômico sustentado. Neste início do segundo quarto do século 21, a trajetória do PIB per capita das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento indica uma recuperação fraca em comparação com as economias avançadas. A maioria dos países de PIB baixos não está no caminho certo para alcançar o status de PIB médio até 2050. São necessárias políticas globais e nacionais para promover um ambiente externo mais favorável, aumentar a estabilidade macroeconómica, reduzir restrições estruturais,

enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e, assim, acelerar o crescimento e o desenvolvimento no longo prazo. O crescimento global está a estabilizar-se à medida que a inflação se aproxima das metas e a flexibilização monetária apoia a atividade económica. Isso deve dar origem a uma expansão global moderada de 2,7% em 2025–26. Mas as perspetivas de crescimento parecem insuficientes para compensar os danos causados por vários anos de choques negativos. O aumento das incertezas relacionadas às políticas públicas e as mudanças adversas nas políticas comerciais representam os principais riscos negativos. Outros riscos incluem tensões geopolíticas crescentes, inflação mais alta e eventos climáticos mais extremos. São necessárias ações firmes no campo das políticas públicas para proteger o comércio, enfrentar as vulnerabilidades da dívida, combater as mudanças climáticas, buscar estabilidade de preços, aumentar receitas e racionalizar despesas, elevar o capital humano e fortalecer a inclusão da força de trabalho.

As Regiões de mercados emergentes e economias em desenvolvimento enfrentarão perspetivas de crescimento variadas neste ano. O crescimento deve ser moderado no Leste Asiático e Pacífico e na Europa e Ásia Central, refletindo desacelerações em algumas grandes economias. Em contraste, é prevista uma recuperação na América Latina e no Caribe, no Oriente Médio e Norte da África, no Sul da Ásia e na África Subsaariana — apoiada pela forte demanda interna. Em 2026, a previsão é de fortalecimento do crescimento na maioria das regiões. Os riscos continuam a pender para o lado negativo, centrados em mudanças adversas nas políticas comerciais globais. A escalada de conflitos, o crescimento mais lento nas principais economias, a inflação mais alta e a consequente flexibilização mais lenta da política monetária, além de desastres naturais relacionados ao clima, impõem riscos negativos adicionais.

Leste Asiático e Pacífico: O crescimento deve desacelerar para 4,6% em 2025 e 4,1% em 2026

Europa e Ásia Central: O crescimento deve cair para 2,5% em 2025, antes de moderar para 2,7% em 2026.

América Latina e Caraíbas: O crescimento deve atingir 2,5% em 2025 e 2,6% em 2026.

Oriente Médio e África do Norte: O crescimento deve subir para 3,4% em 2025 e 4,1% em 2026.

Sul da Ásia: O crescimento deve aumentar para 6,2% em 2025 e permanecer nesse patamar em 2026.

África Subsaariana: O crescimento deve-se manter nos 4,1% em 2025 e 4,3% em 2026.

A economia da zona euro cresceu 0,9% e a da União Europeia (UE) 1,0% em 2024, depois de o PIB ter aumentado 0,4% em ambas as áreas em 2023. De acordo com os dados do serviço estatístico europeu (EUROSTAT), no quarto trimestre de 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) da zona euro avançou 1,2% face ao mesmo período de 2023 e 0,2% na variação trimestral. No conjunto dos 27 Estados-membros, o PIB aumentou 1,4% entre outubro e dezembro de 2024 na comparação homóloga e 0,4% face ao terceiro trimestre. A Irlanda (9,2%), a Dinamarca (4,1%) e a Polónia (3,7%) apresentaram, entre os Estados-membros para os quais há dados disponíveis, os maiores crescimentos económicos homólogos, enquanto a Áustria (-1,2%) Lituânia (-0,4%) e a Alemanha (-0,2%) viram os seus PIB recuar. O PIB português cresceu 2,8% entre outubro e dezembro, quando comparado com o do mesmo período de 2023, acima da média da UE e da zona euro. Na variação trimestral, a Irlanda (3,6%), a Dinamarca (1,6%) e Portugal (1,5%) foram os países com maior crescimento económico em cadeia, enquanto Malta (-0,7%), a Áustria (-0,4%), a Alemanha e a Finlândia (-0,2% cada) e a França (-0,1%) viram os seus PIB recuar.

O fator incerteza e os riscos de revisão em baixa das perspetivas aumentaram. A prolongada guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a intensificação do conflito no Médio Oriente fomentam riscos geopolíticos e para a segurança energética. Um novo reforço das medidas protecionistas por parte dos parceiros comerciais poderá ameaçar o comércio mundial, prejudicando a economia muito aberta da UE.

Envolvente Económica - Portugal

Em 2024, a economia portuguesa registou um crescimento de 1,9%, ligeiramente acima da previsão do Governo de 1,8%. Este desempenho foi impulsionado principalmente pelo aumento do consumo privado, que, em comparação com 2023, teve uma recuperação significativa. O consumo privado cresceu de forma mais robusta em 2024, devido a cortes fiscais, aumentos salariais e pensões, refletindo-se em maior procura por bens duráveis e não duráveis. O aumento do poder de compra e a estabilidade no emprego impulsionaram o consumo de bens essenciais e não essenciais, incluindo produtos de maior valor agregado, nomeadamente do ramo eletrónico e vestuário.

No entanto, o Banco de Portugal reviu em baixa a previsão de crescimento económico para 2024, passando de 2,0% para 1,6%, devido a um terceiro trimestre fraco, com desaceleração nas exportações e consumo privado, uma tendência que já tinha sido observada em 2023, mas de forma mais acentuada em 2024. As perspetivas para 2025 e 2026 também foram ajustadas para 2,1% e 2,2%, respetivamente, valores abaixo das previsões de 2023. Quanto à inflação, Portugal registou uma taxa anual de 2,4% em 2024, uma ligeira diminuição em relação aos 3,0% registados em 2023. A variação homóloga foi de 3,0% em dezembro de 2024, comparada a 4,1% em dezembro de 2023. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego foi de 6,7% no quarto trimestre de 2024, uma ligeira melhoria face aos 7,1% registados no mesmo período de 2023. A taxa de emprego foi de 78,2% em 2023, e em janeiro de 2025, a taxa de desemprego desceu para 6,2%, o nível mais baixo em mais de dois anos. O salário mínimo mensal foi fixado em 820 euros em 2024, em comparação com os 760 euros de 2023, e o salário médio bruto foi de 1.777 euros, acima dos 1.700 euros de 2023.

3. Envolvente da Economia Social

A economia social é abrangente e tem uma expressão direta importante e crescente na economia nacional. Os dados mais recentes, continuam a ser os da quarta edição da Conta Satélite da Economia Social (CSES) são de 2023 e respeitam a 2019/2020, revelam que o peso do Valor Acrescentado Bruto Nacional da Economia Social (ES) na economia nacional aumentou de 3%, em 2019 para 3,2% em 2020 tendo aqui as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias uma contribuição de 71,3%. Em relação ao emprego, contrariamente ao que sucedeu na economia nacional, nos anos de 2019 e 2020, as organizações da ES foram responsáveis por 5,1% e 5,2% do emprego total e por 5,8% e 5,9% do emprego remunerado, com uma remuneração média que correspondia a 85,2% da média nacional, no mesmo período. Com esta nova edição da CSES, disponibiliza-se a informação estatística mais atualizada para uma avaliação exaustiva da dimensão económica e das principais características da Economia Social (ES) em Portugal, dando continuidade ao trabalho realizado em edições anteriores relativas aos anos de 2016, 2013 e 2010. Adicionalmente, incidindo em 2019 e 2020, esta edição permitiu captar os efeitos iniciais que a pandemia global provocada pelo novo Coronavírus terá tido no sector. O projeto continua a ser desenvolvido em parceria pelo INE e pela CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

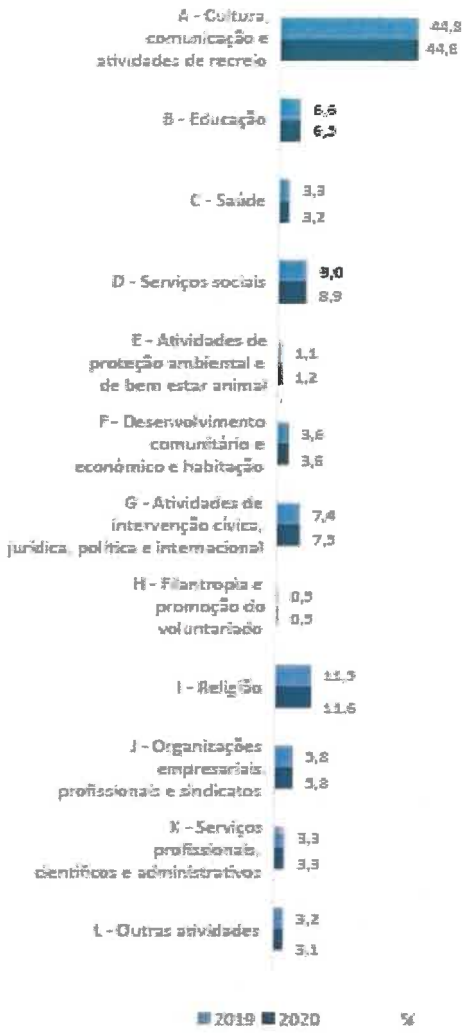
Destaca esta edição que, em 2020, mais de 73 mil entidades do sector da ES geraram 3,2% do VAB nacional, 5,0% das remunerações e 5,9% do emprego remunerado (expresso em unidades de trabalho equivalentes a tempo completo), o que se traduz em montantes superiores a 5,5 mil milhões de euros, 4,1 mil milhões de euros e 243 mil empregos a tempo completo, respetivamente. Simultaneamente, observa-se que entre 2019 e 2020, o VAB, o emprego total e o emprego remunerado da ES aumentaram, registando um desempenho mais favorável do que o observado na economia nacional no mesmo período, onde todos estes indicadores diminuíram. A saúde foi responsável em 2020 por mais de um quarto do VAB e cerca de um terço do emprego remunerado da ES, sendo registados aumentos no VAB, no emprego e no emprego remunerado destas atividades. A saúde revelou-se assim como uma das áreas de atividade mais relevantes no primeiro ano em que se fizeram sentir os efeitos adversos da pandemia COVID-19. Os resultados dos principais indicadores macroeconómicos da ES, e em particular as suas variações nominais face às registadas na economia nacional em 2020, confirmaram a tendência de evolução da ES em contraciclo com a economia portuguesa, num novo período de crise.

Distribuição dos principais indicadores (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor

Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor (CIOSFL/TS)	Unidades de Atividade Económica (UAE)		VAB		Emprego		Emprego Remunerado	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	N.º		M€ EUROS		ETC		ETC	
A Cultura, comunicação e atividades de recreio	32 949	33 063	234	208	12 466	12 526	11 867	11 979
B Educação	4 837	4 815	820	801	31 419	31 276	31 343	31 127
C Saúde	2 404	2 400	1 393	1 428	79 979	80 920	79 889	80 893
D Serviços sociais	6 622	6 606	1 393	1 391	72 792	73 124	72 573	72 966
E Atividades de proteção ambiental e de bem-estar animal	819	856	9	9	754	726	727	702
F Desenvolvimento comunitário e económico e habitação	2 619	2 634	39	54	2 449	2 359	2 271	2 219
G Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional	5 476	5 561	61	58	2 925	2 869	2 815	2 803
H Filantropia e promoção do voluntariado	334	340	-1	0,4	146	152	139	146
I Religião	8 475	8 543	164	159	8 629	8 665	8 604	8 642
J Organizações empresariais, profissionais e sindicatos	4 251	4 259	179	180	7 884	7 382	7 513	7 135
K Serviços profissionais, científicos e administrativos	2 448	2 450	511	519	7 450	7 912	7 261	7 658
L Outras atividades	2 340	2 324	775	792	17 980	17 706	17 755	17 513
Economia Social	73 574	73 851	5 575	5 597	244 873	245 618	242 757	243 783
Economia Nacional	//	//	185 536	174 768	4 807 467	4 701 371	4 175 194	4 115 061
Economia Social / Economia Nacional (%)	//	//	3,0	3,2	5,1	5,2	5,8	5,9

Fonte: INE (Conta Satélite da Economia Social)

Distribuição (%) das unidades da ES segundo a Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor



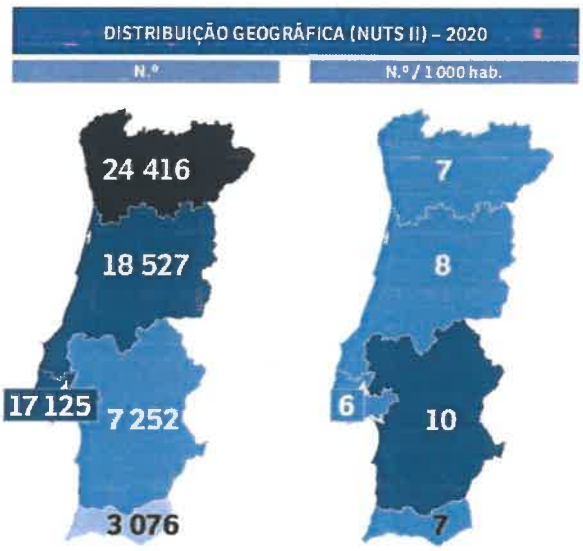
Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

Relativamente ao tipo de entidades, as associações sem fins lucrativos (identificadas no estudo como Associações com fins Altruísticos) são o tipo de entidade mais representado na economia social em Portugal, representando mais de 90% da economia social.

Distribuição (%) das unidades da ES por grupos de entidades

Fonte: INE/CASES (Conta Satélite da Economia Social)

No que à distribuição territorial diz respeito, o Norte detinha cerca de 33% das unidades da Conta Satélite da Economia Social, seguido do Centro com cerca de 25% e pela Área Metropolitana de Lisboa, onde se situavam, aproximadamente 23% destas entidades, nos anos de 2020/2019. No ano de 2020, todos os municípios do país registavam a presença de entidades da ES, observando-se uma concentração mais significativa das mesmas nos municípios de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. Sem prejuízo de litoralização observada, parece existir igualmente uma polarização do setor da ES em municípios do interior do país, tais como Évora, Beja, Bragança, Vila Real, Viseu, castelo Branco e Guarda, entre outros.



Fonte: INE

4. Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)

Pese embora só disponibilizado em 2024, em novembro de 2023, foi atualizado o estudo "Importância Económica e Social das IPSS em Portugal: Central de Balanços 2021" pela Universidade Católica para a CNIS com o apoio da Fundação "la Caixa" e BPI, conduzido pelo Prof. Américo Mendes. Este trabalho atualiza para 2021 a Central de Balanços das IPSS lançada no estudo publicado pela CNIS em 2018 (Mendes, 2018), sobre a importância económica e social destas organizações, com continuação nos estudos publicados em 2020 (Mendes & Oliveira, 2020) e 2022 (Mendes & Rocha, 2022). Estes três trabalhos anteriores foram realizados com base numa amostra de 565 IPSS (o termo IPSS refere-se não só às IPSS propriamente ditas (Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais Paroquiais, Institutos de Organizações Religiosas e Misericórdias), mas também às organizações equiparadas a IPSS (Cooperativas de Responsabilidade Social e Casas do Povo)., que se mantém neste quarto estudo, juntando-se-lhe uma outra com 1000 IPSS, iniciada no terceiro estudo, que inclui essa série de 565 IPSS. Esta amostra mais alargada, tal como a de 565 IPSS, também é duplamente estratificada: por distritos e Regiões Autónomas e por forma jurídica das IPSS. Esta amostra representa 18,26% do número total de IPSS e 29,81% do total do VAB gerado pelas IPSS em 2020. Os principais resultados obtidos deste estudo foram os seguintes:

- Em 2021, a percentagem de IPSS com resultados líquidos negativos foi de cerca de 35,93% na amostra de 565 IPSS e de 35,14% na amostra maior (999 IPSS).

- Em 2021, a percentagem de IPSS com resultados negativos antes de encargos financeiros, impostos e depreciações e amortizações foi de 17,88% na amostra de 565 IPSS e de 17,32% na amostra maior. Sendo que as melhorias de resultados conseguidas graças às negociações dos acordos relativos ao financiamento público das IPSS em 2019 e 2020 não tiveram continuidade em 2021.

- Quanto a estes indicadores, o que houve de novo em 2021 relativamente aos anos anteriores foi que, depois da diminuição das percentagens de IPSS com resultados líquidos e antes de encargos financeiros, impostos e depreciações e amortizações negativos que aconteceu entre 2018 e 2020, essas percentagens voltaram a aumentar, tal como tinha acontecido entre 2016 e 2018, mas ainda sem terem atingido os níveis de 2018.

- A percentagem das comparticipações da Segurança Social no total dos rendimentos, que andou entre 37 e 39% nos anos de 2016 a 2019, passou para níveis um pouco superiores a 40% nos anos de 2020 e 2021, com um pequeno decréscimo de um ano para o outro.

- A percentagem dos subsídios à exploração por parte doutras entidades da Administração Central e Institutos Públicos no total dos rendimentos também aumentou do período de 2016/19 para o período 2020/21, passando de níveis entre 6 e 7% para níveis entre 7 e um pouco mais de 8%.

- Ocorreu uma situação semelhante com a percentagem dos subsídios à exploração por parte de autarquias locais, que é muito baixa, passando de níveis entre 1 e 1,5% no período 2016/19 para níveis um pouco acima de 1,5% no período 2020/21.

- O conjunto das fontes de financiamento público passou de cerca de 46% no período 2016/2019 para perto de 50% no período 2020/21.

- As contribuições voluntárias da sociedade civil (subsídios à exploração de entidades privadas, doações e heranças, legados, donativos em espécie) representaram pouco mais de 5% no período até 2019, com um pequeno acréscimo no período 2020/21, mas sem atingir os 6%.

- A percentagem das mensalidades no total dos rendimentos que registou uma tendência de subida até 2019, para cerca de 32%, inverteu essa tendência passando para 29,45% em 2020 e 28,25% em 2021 (dados da 2.ª série).

- Os outros rendimentos representaram entre 10 e 11% do rendimento total no período 2016/2019, baixando para cerca de 9,5% no período 2020/21, correspondendo cerca de metade desta percentagem à prestação de serviços secundários.

- Os gastos com pessoal são os que têm maior peso relativo no total dos gastos, com uma tendência de crescimento no período em 2016/2020 que foi interrompida em 2021, a caminho de dois terços do total dos gastos operacionais. Nesta percentagem de mais de 60% dos gastos com pessoal no total dos gastos operacionais, cerca de 10% correspondem a encargos sociais.

■ Os fornecimentos e serviços externos são a componente com o segundo maior peso relativo no total dos gastos, tendo este peso relativo tido uma tendência de declínio no período 2016/2021, passando de um pouco mais de 22% até 2019 para um pouco mais de 20% nos anos de 2020 e 2021.

■ A terceira componente com mais peso relativo nos gastos, à roda de 9 a 10%, é o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas, que também registou uma tendência de diminuição ao longo do período em análise.

■ Para além dos gastos operacionais, o gasto que se destaca é o das amortizações, que também registou uma tendência de diminuição, passando de percentagens um pouco acima dos 5% para percentagens um pouco abaixo deste nível.

■ Entre 2017 e 2021 houve uma tendência de crescimento da produtividade aparente do trabalho maior no conjunto das empresas não financeiras do que nas IPSS, sendo que nestas a produtividade também teve uma tendência positiva, nas IPSS não houve quebra da produtividade aparente do trabalho em resultado da pandemia, o que não foi o caso do conjunto das empresas não financeiras, embora nestas tenha havido uma recuperação rápida de 2020 para 2021.

■ Quanto às remunerações médias por trabalhador nas IPSS, no período de 2017 a 2021, essas remunerações cresceram mais no conjunto das empresas não financeiras do que nas IPSS: em 2017, nas IPSS, eram superiores às das empresas não financeiras, tendo passado a ser inferiores a partir de 2019.

■ No que se refere à estrutura financeira, mantém- -se o essencial dos resultados apurados nos estudos anteriores, a saber, bons rácios de liquidez e de solvabilidade e taxas de endividamento muito menores do que nas empresas não financeiras.

■ Também se mantém a situação identificada nesses estudos de uma taxa de rendibilidade dos capitais próprios menor do que nas empresas não financeiras devido às mesmas razões aí referidas, a saber, uma menor taxa de endividamento, uma menor taxa de rotação do ativo, um maior peso das amortizações e uma menor rendibilidade operacional do volume de negócios.

■ As respostas deficitárias em 2019, 2020 e 2021 foram os Centros de Dia, os Centros de Convívio, os CATL e os CAT.

■ A resposta "ERPI" foi deficitária em 2020 e 2021.

■ A resposta "CAFAP" foi deficitária em 2019 e 2020.

■ As respostas de Creche e Jardim de Infância foram ligeiramente deficitárias em 2019.

■ as IPSS representam mais de 90% do número e da capacidade da maior parte das respostas sociais na área da saúde, sendo que no caso das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Unidades de Longa Duração e Manutenção e Unidades de Média Duração e Reabilitação, representam mais de dois terços do número e da capacidade destas respostas, no caso das Unidades de Convalescença e das Unidades de Cuidados Paliativos, as IPSS representam entre 40 e 50% do número e da capacidade destas respostas.

■ as IPSS só não têm respostas no que se refere às Equipas de Cuidados Continuados Integrados.

Apenas por uma questão de noção de caracterização das IPSS a nível nacional, apresenta-se a tabela do estudo – "Número de IPSS activas em Portugal em 2017"

Distritos e Regiões Autónomas	Associações de Solidariedade Social	Associações Mutualistas	Misericórdias	Centros Paroquiais	Centros Sociais	Fundações de Solidariedade Social	Fundações de Solidariedade Social	Institutos de Organização Religiosa	Misericórdias	Total por distritos e Regiões Autónomas
Aveiro	207	3	7	87	13	17	12	25		364
Beja	50	-	8	10	3	10	5	12		101
Braga	235	3	20	135	25	8	25	12		482
Bragança	30	2	-	67	3	5	9	14		134
C. Branco	154	1	1	18	1	4	4	22		185
Coimbra	180	1	11	65	5	19	5	10		296
Évora	106	2	4	22	5	9	3	23		178
Faro	136	6	5	17	3	4	5	22		177
Guarda	202	-	-	44	1	17	4	30		298
Leiria	134	2	5	38	10	8	6	22		225
Lisboa	707	19	4	120	35	71	43	20		1020
Madeira	12	-	9	12	-	9	2	4		68
Portalegre	75	-	4	6	2	10	4	24		125
Porto	309	20	6	106	16	20	29	71		891
Santarém	174	4	1	42	3	14	15	23		277
Setúbal	160	7	8	30	17	5	9	18		254
V. Castelo	56	-	5	72	2	2	6	10		153
Vila Real	91	-	5	30	3	6	3	14		152
Viseu	134	2	5	92	4	11	11	23		282
Totais por formas jurídicas	**3364**	**95**	**124**	**1017**	**161**	**252**	**219**	**376**		**5647**

A salientar também deste estudo, os rendimentos e custos médios por utente e por resposta social, grau de cobertura dos custos médios por utente pelas mensalidades e pelas comparticipações da Segurança Social, apresentando-se de seguinte as tabelas, cingindo-nos ao ano de 2021,

Rendimentos e custos médios por utente e por resposta social em 2021

Respostas sociais	IPSS utilizada no cálculo dos rácios por Resposta Social	Custo Total Médio Anual por Utente	Rendimento Total Médio Anual por Utente	Custo Total Mensal por Utente			Rendimento Total Mensal por Utente			Diferença entre Rendimento e Custo Total Médio Mensal por Utente
				Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	
ERPI	130	16 106,16	16 036,22	1 342,10	1 306,68	210,15	1 336,52	1 307,30	226,30	-5,58
SAD	141	5 780,06	6 164,37	482,34	470,52	146,07	515,36	503,83	138,89	33,03
Centro de Dia	116	7 708,32	5 460,36	644,03	648,75	444,87	457,67	401,36	244,09	-186,46
Centro de Convívio	18	1 983,48	1 306,26	165,29	171,09	163,60	116,57	87,24	69,42	-48,77
Creche	131	5 379,71	5 084,00	448,31	434,04	98,08	465,33	456,37	90,54	17,02
Jardim de Infância	75	4 218,09	4 255,61	351,58	329,36	103,93	354,53	348,93	105,31	3,05
CATL	85	2 106,12	1 825,78	175,43	182,75	80,26	152,15	136,43	74,51	-23,28
CAO	53	8 066,00	8 637,29	705,50	752,94	123,05	800,71	801,10	102,84	47,81
Lar Residencial	41	16 484,50	18 070,00	1 390,37	1 456,06	400,14	1 505,81	1 486,38	368,71	115,53
CAT	10	20 721,48	19 920,78	1 726,79	1 702,01	345,05	1 548,40	1 571,64	366,06	-178,39
LIJ	13	32 366,38	32 790,68	2 697,20	1 676,89	2 396,93	2 732,56	1 731,57	2 760,44	35,36
CAFAP	7	1 947,23	2 486,79	162,96	159,58	33,53	207,15	178,07	77,42	53,19

Como se pode observar nos resultados atrás apresentados, para as IPSS aqui consideradas as respostas deficitárias foram as seguintes:

- ERPI;
- Centro de Dia;
- Centro de Convívio;
- CATL;
- CAT.

Comparando a mesma tabela com a da nossa instituição, com dados de 2024,

Rendimentos e Custos Médios Por Utente e por resposta social 2024						
Resposta Social	Número Utentes	Custo Médio Anual Utente	Rendimento Médio Anual Utente	Custo Médio Mensal Utente	Rendimento Médio Mensal Utente	Diferença Rendimento Custo Médio Mensal Utente
SAD	16	4 686,51 €	5 700,49 €	390,54 €	475,04 €	84,50 €
CENTRO DIA	20	4 261,18 €	3 726,20 €	355,10 €	310,52 €	-44,58 €
CRECHE	64	4 818,91 €	4 492,96 €	401,58 €	374,41 €	-27,16 €
Jardim de Infância	75	4 885,91 €	3 824,60 €	407,16 €	318,72 €	-88,44 €
LIJ	33	17 858,09 €	23 141,56 €	1 488,17 €	1 928,46 €	440,29 €

Resultados mais positivos nas repostas SAD, Centro de Dia e LIJ e menos positivos na Creche e Jardim de Infância.

Percentagem de cobertura do custo por utente pelas mensalidades em 2021

Resposta social	IPSS utilizadas no cálculo das médias por Resposta Social	Custo Total Mensal por Utente			Mensalidade Mensal por Utente			Grau de Cobertura do Custo Médio pela Mensalidade Média Mensal
		Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	
ERPI	133	1342,10	1306,68	298,16	743,21	710,39	184,02	55%
SAD	147	482,34	470,52	148,02	163,16	150,67	59,29	34%
Centro de Dia	110	544,03	548,79	444,87	149,37	123,03	72,22	28%
Centro de Convívio	10	155,20	111,52	153,60	7,80	5,70	11,71	5%
Creche	139	448,31	434,04	98,08	99,72	88,43	53,20	22%
Jardim de Infância	78	367,58	329,36	103,93	99,97	83,05	39,53	28%
CATI	84	175,43	163,75	63,20	44,80	32,10	37,07	26%
CAD	45	758,50	762,24	123,05	106,00	107,90	51,93	14%
Lar Residencial	31	1 396,37	1 456,06	406,14	247,48	235,00	74,57	18%
CAT	9	1 726,79	1 702,01	346,05	33,80	33,91	36,34	2%
LIJ	13	2 697,20	1 675,80	2 396,03	30,92	7,21	41,66	1%
CAFAP	-	-	-	-	-	-	-	-

Analisando a mesma a tabela para a nossa Instituição, com dados de 2024:

Percentagem de cobertura do custo por utente pelas mensalidades 2024				
Resposta Social	Número Utentes	Custo Médio Mensal Utente	Mensalidade Média Mensal Utente	Grau Cobertura Custo Médio Mensal Utente Pela Mensalidade Média
SAD	16	390,54 €	118,50 €	30,34%
CENTRO DIA	20	355,10 €	118,48 €	33,36%
CRECHE	64	401,58 €	20,26 €	5,04%
Jardim de Infância	75	407,16 €	127,01 €	31,19%
LIJ	33	1 488,17 €	83,44 €	5,61%

Nas respostas Centro de Dia e LIJ, graus de cobertura maiores e nas respostas SAD, Creche, Jardim de Infância graus de cobertura menores.

Percentagem de Cobertura do custo por utente pela comparticipação da Segurança Social em 2021

Respostas sociais	(nº de utilizadores no último dia do mês) relativo ao Recebimento Social	Custo Total Mensal por Utente			Recebimento Mensal da Segurança Social por Utente			Grau de Cobertura do Custo Médio pelo Recebimento Médio da Segurança Social Mensal
		Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	
ERPI	130	1 342,10	1 306,68	250,16	444,99	450,00	134,54	33%
SAD	141	482,34	479,62	145,02	296,63	294,90	72,10	61%
Centro de Dia	113	544,53	548,76	444,87	300,01	182,03	100,28	55%
Centro de Convívio	16	160,29	111,52	183,50	68,04	61,00	25,27	42%
Creche	121	448,33	434,04	98,08	327,17	320,79	70,30	73%
Jardim de Infância	71	361,58	328,38	103,93	210,26	203,70	65,48	58%
CATL	68	175,43	182,76	63,25	74,82	69,52	57,41	43%
CACI	58	755,60	782,24	123,95	526,00	685,56	378,4	70%
Lar Residencial	44	1 390,37	1 456,05	400,14	1 166,08	1 160,87	224,29	70%
CAT	9	1 736,79	1 702,01	345,06	1 266,48	1 277,85	168,41	73%
LIJ	14	2 697,20	1 676,80	2 396,93	2 204,82	1 169,03	2 646,63	82%
CAFAP	5	163,06	151,59	33,83	209,45	170,07	93,37	128%

Analisando a mesma tabela para a nossa Instituição, mas com dados de 2024, temos,

Percentagem de Cobertura do custo por utente pela comparticipação da Segurança Social 2024				
Resposta Social	Número Utentes	Custo Médio Mensal Utente	Recebimento Médio Mensal Segurança Social Utente	Grau Cobertura Custo Médio Mensal Utente Pela Comp Seg Social Média
SAD	16	390,54 €	356,54 €	91,29%
CENTRO DIA	20	355,10 €	168,15 €	47,35%
CRECHE	64	401,58 €	446,74 €	111,25%
Jardim de Infância	75	407,16 €	174,49 €	42,85%
LIJ	33	1 488,17 €	1 635,59 €	109,91%

Temos em todas as repostas graus de coberturas dos custos médios mensais por utente por comparticipações da Segurança Social em percentagens superiores às do estudo apresentado, com exceção da resposta Jardim de Infância.

5. A Instituição – Centro Social Nossa Senhora de Fátima

5.1. Enquadramento Geral

O Centro Social Nossa Senhora de Fátima é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, legalmente constituída e publicamente reconhecida como Entidade de Utilidade Pública Sem Fins Lucrativos, pelo Decreto-Lei 402/85 de 11 de outubro e de acordo com os Estatutos aprovados a 2 de junho de 1997, averbados à inscrição n.º 78/89, à fls 53 do livro n.º 4 e fls 141 verso do livro n.º 7 das Fundações de Solidariedade Social a 1 de fevereiro de 2016.

Foi criado pela Congregação de Direito Pontifício denominada, Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado (SFRJS).

O Centro Social Nossa Senhora de Fátima tem como objetivo o bem público eclesial na sua área de intervenção, de acordo com as normas da Igreja Católica e o ideário da Congregação e tem como fins a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, dos habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

Na prossecução dos seus fins, orienta a sua ação sócia caritativa à luz da Doutrina Social da Igreja e tem como missão promover a prestação de serviços na área da infância, juventude e terceira idade, pautados pela inovação, personalização e qualidade.

Tem como missão promover a prestação de serviços na área da Infância, Juventude e Terceira Idade, pautados pelos valores humanos e cristãos, pela personalização, inovação e qualidade, visando ser uma instituição reconhecida como uma estrutura de referência nos cuidados a proporcionar à população Infantil, Juvenil e Sénior.

O Centro Social Nossa Senhora de Fátima contempla sete respostas sociais: Acolhimento Familiar (AF); Casa de Acolhimento Residencial (CAR); Centro de Apoio à Vida (CAV); Centro de Dia (CD); Creche; Pré-escolar e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

5.2. Respostas Sociais

5.2.1. Centro Social Nossa Senhora de Fátima - Creche e Pré-escolar

O Centro Social Nossa Senhora de Fátima, situado na Avenida D. Nuno Álvares Pereira nº 76, em Macedo de Cavaleiros, é responsável por duas respostas sociais direcionadas para a prestação de serviços na infância.

A Creche tem capacidade para receber 66 crianças, dos 4 meses aos 3 anos de idade. Tem acordo de cooperação com o Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Segurança Social de Bragança para 66 crianças e procura prestar um conjunto de atividades e serviços, adequados à satisfação das necessidades da criança e orientados pelo atendimento individualizado, de acordo com as suas capacidades e competências;

Por sua vez, o Pré-escolar está organizado em duas componentes: uma Educativa e outra de Apoio à Família, prestando, em cada uma delas, um conjunto de atividades e serviços. Tem capacidade para 75 crianças, dos 3 aos 6 anos, idade em que ingressam no 1º ciclo. Todas as crianças estão abrangidas pelo acordo de cooperação celebrado entre o Instituto de Segurança Social, IP - Centro Distrital de Segurança Social de Bragança, a Direção Regional de Educação do Norte e este Centro.

Caraterização dos utentes

O grupo de crianças que beneficia do serviço de Creche é de 64 crianças, sendo 30 do género masculino e 34 do género feminino, estando todos em regime de gratuitidade. Quanto às crianças que frequentam o Pré-escolar são 75, sendo 48 género masculino e 27 do género feminino.

Intervenção

Com base no projeto curricular de escola para o pré-escolar e no projeto pedagógico de creche, pretendemos estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas caraterísticas individuais, favorecendo aprendizagens significativas e diferenciadas, contribuindo deste modo para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens.

Para isso o Centro Social disponibiliza meios materiais, humanos, lúdicos e didáticos de forma a promover o desenvolvimento pessoal e social da criança.

Cientes da importância de uma comunicação bilateral entre a escola e a família, é fomentada a colaboração com os pais na educação dos seus filhos, oferecendo-lhes um

apoio e um reforço educacional, por um lado, e por outro, proporcionando às crianças ocasiões de bem-estar e de segurança. Para tal, é nossa intenção, potenciar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

Pretendemos também, contribuir para uma Educação Cívica, cultural, espiritual e moral dos utentes desta Instituição.

No processo educativo, o Centro Social tem como objetivo transversal, proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

Cabendo ao educador, apoiar cada criança, para que esta atinja níveis a que não chegaria por si só, facilitando deste modo, uma aprendizagem cooperada, onde é dada a oportunidade às crianças de colaborarem no processo de aprendizagem umas das outras.

Neste sentido, são criadas situações de ensino/ aprendizagem que sejam suficientemente interessantes e desafiadoras de modo a serem estimulantes para a criança, mas cuja exigência não resulte em desencorajamento e diminuição da autoestima.

Obras de Manutenção e de Conservação

Durante o ano de 2024 realizaram-se obras de conservação dos espaços do Centro Social Nossa Senhora de Fátima, nomeadamente ao nível da pintura e colocação de linóleo no salão polivalente e da entrada da Instituição. Foram também realizadas obras de melhoramento da Creche.

Atividades realizadas

Durante o ano letivo de 2024, foram realizadas atividades com base no projeto curricular e pedagógico deste ano subordinadas ao tema: O meu Planeta rima com as florestas!

Um projeto em que a natureza é vista como um valioso recurso pedagógico e onde daremos maior importância à ligação das crianças com o ambiente e recursos naturais. Reconectando a criança com a natureza, para que nasça nesta o sentimento de pertença e de cuidar do que é nosso.

As mudanças climáticas assumem um papel cada vez mais preocupante no mundo atual devido aos problemas ambientais como a poluição, o desmatamento, a seca, os fogos... É por isso essencial despertar em todos: crianças, famílias, escola e

comunidade envolvente, a necessidade urgente de fazermos mais por esta "casa global" que é de todos ...

Assim, foi nossa intenção, colocar na criança a sementinha da preservação ambiental. A sementinha que se for regada/trabalhada ao longo dos anos, dará fruto e tornará estas crianças cidadãos conscientes e responsáveis. Este projeto pretende assim, tornar a nossa comunidade educativa ciente que é vital, preservar, cuidar, ao mesmo tempo que, daremos enfoque às atividades de exterior, em pleno contacto com a natureza. Deste modo estaremos também a privilegiar a atividade física em detrimento do sedentarismo.

Assim, no pré-escolar, foram abordados temas e conteúdos, tais como:

- Componentes de uma árvore ou planta
- Utilidades da árvore (mobiliário, lenha, papel, oxigénio, frutos, sombra, etc.)
- Diferenças e semelhanças entre um pomar e uma floresta
- Arvores autóctones, o que são e quais as que predominam no nosso concelho;
- O ciclo de vida das plantas
- Sementeiras, plantações e experiências
- Ameaças à floresta e os cuidados a ter (fogos florestais, poluição, seca, desmatamento, como proteger, etc.)
- A importância dos bombeiros na preservação das florestas:
- Arvores/plantas e arbustos autóctones do nosso território: vinha, oliveira, castanheiro, marmeleiro, cerejeira, etc.
- O ciclo do azeite (tradições da apanha, os lagares, a embalagem e comercialização
- O ciclo da vinha e as vindimas
- Confeção de doces e compotas (cereja, geleia de cereja, pudim e bolo de castanha, etc.).

Na creche, os temas abordados foram os seguintes:

- - Como muda a paisagem com a passagem das estações;
- - No outono caem as folhas
- - No inverno as arvores ficam despidas;
- - Na primavera florescem
- - E no verão amadurecem alguns frutos
- - Cuidados a ter quando vamos passear (agasalhos, proteção, segurança na rua)

- - Arvores de fruto (uma arvore por mês)
  - São todas iguais?
  - Do tronco ao fruto (Composição de uma arvore: tronco, ramos, folhas e fruto)
  - Da semente à planta
  - O que precisamos para semear (vaso, semente, terra, água e luz)
  - Cuidados a ter nas sementeiras
- Fruta da época:
  - Exploração através dos sentidos (o cheiro dos frutos, o tamanho, a textura, o sabor...)
  - Há frutas de muitas cores
  - Degustação dos frutos de várias formas (ao natural, cozidos, em sumo, polpa, compotas, bolachas ou bolos, etc.)

5.2.2. Centro D. Abílio Vaz das Neves - Casa de Acolhimento Residencial

Enquadramento

O Centro D. Abílio Vaz das Neves - Acolhimento Residencial, situa-se na Rua D. Abílio Vaz das Neves, n.º 44, na cidade de Macedo de Cavaleiros.

Tem por finalidade o acolhimento de crianças e jovens em risco, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às suas famílias, proporcionando-lhes os cuidados adequados às suas necessidades, bem-estar e educação, com vista ao desenvolvimento global nos domínios pessoal, interpessoal, comunitário e cívico por forma a viverem de forma adequada e inseridas na sociedade.

O seu principal objetivo consiste em proporcionar estruturas, rotinas, vivências tão próximas, quanto possível, às da família por forma a garantir os cuidados adequados à satisfação das sus necessidades, exercício dos seus direitos, bem como as condições necessárias à promoção da sua educação, bem-estar e desenvolvimento saudável.

O trabalho desenvolvido cumpre as diretrizes estalecidas Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, bem como com as Recomendações Técnicas da Segurança Social para as Casas de Acolhimento e o Regulamento Interno da Instituição.

Tem acordo de cooperação para 62 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e 12 anos, de ambos os sexos, e somente do sexo feminino até aos 18/25

anos desde que a medida de promoção e proteção assim o determine (Decreto-Lei n.º 23/2017 de 23 de maio).

Caraterização dos utentes

No ano transato, a CAR registou um aumento significativo no número de crianças e jovens acolhidos, com a admissão de 20 menores. Este aumento reflete uma crescente procura pelos serviços de acolhimento, o que se pode verificar pelo facto de, no mês de setembro, o número de crianças e jovens acolhidas ter atingido a marca de 42.

A 31 de dezembro de 2024, o número total de crianças e jovens acolhidos era de 33, sendo 6 do género masculino e 27 do feminino. As faixas etárias que se destacam, com maior representatividade no acolhimento, são as dos 7 e dos 16 anos.

Em termos de saídas, durante o ano de 2024, registou-se um total de 13 saídas, com 10 reunificações familiares, 1 adoção e 2 autonomizações. Estes números refletem o trabalho contínuo na busca por soluções que permitam a reintegração das crianças e jovens nas suas famílias ou, em alternativa, o seu processo de autonomização, no caso de jovens prontas para viver de forma independente.

A problemática que levou mais crianças e jovens ao acolhimento residencial foi a negligência ao nível da saúde/educação (39.39%), seguida da negligência face a comportamentos de risco das jovens (21.21%) e abandono/orfandade (15.15%). Estes dados ilustram as situações mais comuns de vulnerabilidade que os menores enfrentam, refletindo as dificuldades familiares e sociais que, em muitos casos, resultam na necessidade de um acolhimento temporário, de modo a garantir a sua segurança e bem-estar.

A CAR assegura que todas as crianças e jovens acolhidos possuem um projeto de promoção e proteção, bem como um plano de intervenção definido de acordo com uma avaliação diagnóstica detalhada. Os projetos de vida mais frequentes são os de reunificação familiar (51,51%) e autonomização (33,33%).

Em termos educativos, a maioria das crianças e jovens acolhidas está a frequentar estabelecimentos de ensino. A 31 de dezembro de 2024, 29 das 33 crianças e jovens estavam integradas em diferentes instituições de ensino, abrangendo diversos níveis de escolaridade. Além disso, 3 jovens estão a frequentar cursos de formação profissional, o que reforça a importância do desenvolvimento de competências e da preparação para a vida adulta e o mercado de trabalho. Uma das jovens, em particular, encontra-se a realizar um estágio profissional de inserção, que é uma excelente oportunidade para o seu crescimento pessoal e profissional.

A maior parte das crianças/jovens acolhidas estão inseridas no Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros. Importa ainda informar que uma jovem se encontra a frequentar o 2º ano do Mestrado de Gestão de Organizações Sociais e uma outra frequenta a Licenciatura de Ensino Básico.

Relativamente às solicitações de acolhimento, foram recebidas e analisadas 25 solicitações durante o ano de 2024. Entre essas, destacam-se 3 pedidos para crianças com menos de 1 ano de idade e 6 pedidos para crianças entre os 3 e os 6 anos. De referir ainda que foram acolhidas 20 crianças/jovens, 7 em procedimento de urgência.

Intervenção

Ao longo do ano, foi dada continuidade ao trabalho de promoção de competências pessoais e sociais, académicas e profissionais, com especial ênfase no desenvolvimento da autonomia e na oferta de atividades de tempos livres, lúdicas e recreativas. O objetivo central destas ações foi proporcionar um ambiente que favorecesse o crescimento integral das crianças e jovens acolhidas, permitindo-lhes desenvolver as capacidades necessárias para uma integração bem-sucedida na sociedade.

Acreditamos que uma das formas de potenciar o processo de socialização das crianças e jovens é através da promoção da sua participação nas tarefas diárias e nas decisões que afetam a Casa. O grupo de crianças e jovens partilha tarefas e responsabilidades, respeitando-se a fase de desenvolvimento de cada um, permitindo um percurso gradual de conquista de autonomia, proporcionando-lhes os instrumentos e as ferramentas necessárias para a resolução positiva dos desafios decorrentes da vida em sociedade.

Relativamente ao acompanhamento das crianças e jovens, após a cessação da medida, sempre que estas ou as suas famílias manifestem interesse, é realizado um follow up tendo em vista uma melhor reintegração social, permitindo dar continuidade à missão da casa de acolhimento.

É importante sublinhar que muitas das crianças e jovens acolhidas reconhecem a Casa de Acolhimento como uma base segura e um suporte emocional, sendo este um local ao qual podem recorrer sempre que necessário. O estabelecimento de uma rede de apoio contínuo é essencial para mitigar o impacto da transição de um ambiente mais controlado e estruturado, como a Casa, para a sociedade em geral. O apoio contínuo que prestamos às crianças e jovens visa ajudá-las a dar passos seguros em direção a um futuro promissor e com boas conquistas.

Relativamente à intervenção global da instituição no acompanhamento da medida de acolhimento residencial e nas ações direcionadas às famílias das crianças e jovens, destacam-se os seguintes números que refletem o esforço contínuo da instituição em manter a ligação com as famílias e garantir a implementação dos planos de intervenção e a concretização dos projetos de vida:

- Visitas Domiciliárias: 52

- Reuniões com Familiares/Contatos telefónicos de/para a família: 360

- Reuniões com entidades externas/ Contatos telefónicos de/para entidades, no âmbito das intervenções com os agregados familiares: 276

- Informações/Relatórios Sociais: 53

- Contactos com as Escolas: 289

A nossa abordagem tem sido sempre orientada para a criação de um ambiente de compreensão mútua e colaboração com as famílias. Procuramos, sempre que possível, manter as famílias informadas sobre a situação dos seus filhos, assegurando que participem ativamente nos projetos de vida dos seus filhos, de forma que se tornem parceiros essenciais no processo de desenvolvimento e reintegração dos menores. A responsabilidade familiar continua a ser uma prioridade, e o nosso trabalho é focado em envolver as famílias na medida do possível, respeitando a individualidade de cada uma.

De uma forma geral, as famílias mostram-se recetivas e interessadas, numa fase inicial do acolhimento, em conhecer a casa de acolhimento e os profissionais que nela trabalham e, numa fase posterior, em conhecer a situação atual ou dificuldades que os seus familiares acolhidos manifestam.

No âmbito do acompanhamento dos processos das crianças e da intervenção familiar desenvolvida, o Centro D. Abílio articulou com as seguintes entidades: Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais dos Centros Distritais de Segurança Social; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Equipa de Gestão Centralizada de Vagas do Centro Distrital de Segurança Social de Bragança. Esta articulação tem sido essencial para garantir que as ações tomadas estejam alinhadas com os melhores interesses das crianças e jovens. O trabalho em pareceria tem sido o lema que tem orientado a nossa intervenção, quer com as famílias, quer com a equipa de assessoria técnica aos tribunais da Segurança Social, quer com os técnicos da CPCJ

que em conjunto trabalham connosco no desenvolvimento dos projetos de vida das crianças e jovens em acolhimento residencial, garantindo que cada caso seja tratado com a atenção e a seriedade necessárias para promover a sua reintegração familiar e social.

Obras de Manutenção e de Conservação

Ao longo de 2024, foram realizadas diversas obras de conservação nas instalações interiores e exteriores do centro, com o objetivo de garantir a preservação dos edifícios e dos espaços envolventes, um aspeto fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida das crianças e jovens acolhidos.

Foi também efetuada a revisão dos extintores, bem como a verificação do funcionamento dos carretéis de incêndio e do Sistema Automático de Deteção de Incêndios (SADI). Relativamente ao parque de viaturas, foram realizadas as revisões previstas e as vistorias legais obrigatórias. Os equipamentos de cozinha também foram objeto de vistoria e manutenção.

Atividades realizadas

Ao longo do ano, procurámos desenvolver atividades em domínios diversificados, com o objetivo de potenciar o desenvolvimento integral das crianças e jovens acolhidas. Estas atividades foram pensadas para promover não só a aquisição de conhecimentos e competências, mas também a adoção de um estilo de vida saudável. Acreditamos que, ao proporcionar uma abordagem abrangente que contemple várias vertentes do desenvolvimento pessoal, académico e social, estamos a preparar as crianças e jovens para uma vida mais equilibrada e capaz de enfrentar os desafios que surgirem no futuro.

O nosso objetivo é sempre procurar proporcionar as melhores condições para que cada criança e jovem tenha a oportunidade de explorar o seu potencial e alcançar um futuro mais promissor, com a confiança de que possuem as ferramentas necessárias para enfrentar o mundo com autonomia e resiliência. Cada pequena conquista diária é um passo importante na construção de um futuro mais sólido e pleno de oportunidades.

As atividades programadas no Plano de atividades "Acredita em Ti, dá asas ao teu futuro" foram realizadas na sua maioria. Destacam-se as seguintes atividades:

- Atividades regulares: Ateliês de Artes, Desporto, Culinária, Hora do Conto, Clube Ubuntu, Cinema, Oficina Lúdico-pedagógica, Formação Cívica e Religiosa, Formação Moral e Católica, Estudo Acompanhado, Assembleias, Relaxamento, Ações de sensibilização e prevenção e promoção da saúde, Festas e convívios, Comemoração dos aniversários, ...

- Passeios pela natureza, ciclovia, Azibo, floresta, Parque da Cidade, ...
- Colónia de Férias em Vila do Conde;
- Atividades na comunidade: foram inscritos no Clube Atlético de Macedo de Cavaleiros, um menino na modalidade de futsal e uma jovem em futebol. Participaram nas atividades promovidas pelo Município de Macedo de Cavaleiros e pela Escola.

5.2.3. Acolhimento Familiar

Enquadramento

A reposta social Acolhimento Familiar funciona nas instalações do Centro D. Abílio Vaz das Neves e situa-se na Rua D. Abílio Vaz das Neves, n.º 44, na cidade de Macedo de Cavaleiros.

O acordo de cooperação com o ISS foi celebrado a 12 de maio de 2023 e a capacidade definida é de 30 crianças.

O acolhimento familiar é uma medida de promoção e proteção de crianças e jovens, que consiste "na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral", de acordo com o n.º 1 do artigo 46 da Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro.

Esta medida pode ser aplicada desde o nascimento até aos 18 anos de idade. No entanto, em casos excecionais, pode ser prorrogado até aos 25 anos, desde que esteja devidamente justificada. Compete aos Tribunais ou as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens decretarem esta medida, após analise pormenorizada dos casos, priorizando as crianças dos 0 aos 6 anos, reforçando sempre o caráter temporário da mesma. É importante ressaltar que a aplicação desta medida visa sempre o superior interesse da criança ou jovem, procurando garantir-lhes um ambiente seguro e promotor do desenvolvimento.

Caraterização das crianças com medida de Acolhimento Familiar

A 31 de dezembro de 2024, seis crianças, sendo três do sexo masculino e três do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 2 e os 5 anos, encontravam-se acolhidas em Acolhimento Familiar (AF).

A medida de AF foi aplicada devido a várias razões, sendo que 50% das crianças foram acolhidas devido a modelos parentais desviantes, que comprometeram o seu

desenvolvimento e bem-estar. Outros 33% das crianças foram acolhidas devido à negligência nos domínios da educação, saúde e abandono, o que afetou diretamente as suas necessidades básicas. Por fim, 17% necessitaram de acolhimento devido à falta de supervisão e acompanhamento familiar.

Relativamente ao projeto de vida, três têm como projeto de vida a adoção, conforme decisão judicial, uma vez que não existem condições para o retorno à família biológica. As outras três crianças estão a ser acompanhadas no processo de reunificação familiar, o que implica que existem condições para a possível reintegração na família de origem, caso se verifique a evolução positiva nas competências parentais e o estabelecimento de um ambiente seguro e adequado ao seu crescimento e desenvolvimento.

No que diz respeito à educação, todas as crianças estão a frequentar estabelecimentos de ensino, sendo duas delas na creche e quatro no pré-escolar, onde recebem o apoio necessário para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Intervenção

Ao longo do ano promovemos a divulgação do Acolhimento Familiar (AF) nas redes sociais da instituição, através de publicações e vídeos sobre o tema

Além de sensibilizar a comunidade, informámos sobre as sessões informativas, a presença da equipa em feiras e eventos, e outras iniciativas. Foram também distribuídos cartazes e folhetos a entidades públicas e privadas do distrito de Bragança.

A resposta social foi apresentada em várias sessões, incluindo na Assembleia Municipal de Vinhais, nos plenários do CLAS de Alfândega da Fé, Mogadouro e Vila Flor, e nas reuniões da CPCJ de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Vinhais, Vimioso, Alfândega da Fé, Mogadouro, Carrazeda de Ansiães, bem como em Associações de Pais de Mirandela.

No que se refere à divulgação junto das autarquias, foi enviada informação sobre a nova resposta social, o Acolhimento Familiar, e solicitadas reuniões presenciais para apresentar o projeto. Foram realizadas reuniões com as Câmaras Municipais de Freixo de Espada à Cinta, Alfândega da Fé, Torre de Moncorvo e Carrazeda de Ansiães.

Nos contactos presenciais, observou-se uma recetividade por parte das entidades, que mostraram abertura para acolher e divulgar a resposta social junto da comunidade e dos organismos locais.

Além das autarquias, foram enviadas comunicações para as Associações de Pais, párocos, diáconos e movimentos religiosos da Diocese de Bragança-Miranda, para que o projeto fosse divulgado junto dos paroquianos. As redes sociais têm sido um meio

fundamental na divulgação do Acolhimento Familiar, assim como as publicações nos jornais locais.

Foram realizadas 5 sessões informativas ao longo do ano, que resultaram em 30 manifestações de interesse, levando à formalização da candidatura por 4 famílias

Como resultado dessas sessões, foram realizadas 6 avaliações psicossociais, das quais 5 famílias foram certificadas.

No que diz respeito ao acompanhamento das famílias de acolhimento, o trabalho foi contínuo e estruturado, visando garantir o bem-estar das crianças acolhidas. Foram realizadas 35 visitas de acompanhamento às famílias de acolhimento, além de 87 contactos para manter uma comunicação constante e apoiar as famílias no processo. Em relação às entidades envolvidas, foram feitos 60 contactos/reuniões com a EMAT, CPCJ e Tribunal, para assegurar a articulação necessária e cumprir as obrigações legais do processo de acolhimento familiar.

Além disso, foram realizados 41 contatos com outras entidades externas, como serviços de saúde e educação, a fim de apoiar e facilitar as famílias de acolhimento nos processos de inscrição das crianças nessas áreas, bem como para obter informações sobre o desenvolvimento e integração das mesmas. Também se realizaram 40 ações de acompanhamento às famílias de origem, supervisionando as visitas entre a família e as crianças, e foram efetuados 42 contactos telefónicos, com o objetivo de agendar as visitas às crianças acolhidas e fornecer informações sobre as mesmas.

Essas atividades foram fundamentais para assegurar que o processo de acolhimento familiar fosse seguro e adequado, proporcionando um ambiente estável e propício ao crescimento das crianças e jovens acolhidas.

O acompanhamento das crianças tem sido efetuado por meio de visitas domiciliárias, com o intuito de avaliar a sua integração escolar e comunitária, assim como o estado de saúde, através de acompanhamento médico contínuo. A intervenção tem sido realizada de forma consistente, em conformidade com o plano de intervenção previamente estabelecido

5.2.4. Centro D. Abílio Vaz das Neves – Centro de Apoio à Vida

Enquadramento

A resposta social Centro de Apoio à Vida (CAV) funciona nas instalações do Centro D. Abílio Vaz das Neves e situa-se na Rua D. Abílio Vaz das Neves, n.º 44, na cidade de Macedo de Cavaleiros.

Tem como principal finalidade o acolhimento residencial de grávidas e mães adolescentes, puérperas com filhos recém-nascidos, até aos 21 anos de idade que, por impossibilidade de reintegração familiar, se encontrem em situação de risco, necessitando de acolhimento residencial diferenciado. O acordo de cooperação com o ISS foi celebrado a 24 de novembro de 2023 e contempla 12 utentes (6 mães e 6 crianças).

Os objetivos desta resposta social são:

- Proporcionar condições que favoreçam o normal desenvolvimento da gravidez;
- Contribuir para o exercício responsável da maternidade e da paternidade;
- Assegurar condições para o normal desenvolvimento de recém-nascidos;
- Promover a aquisição de competências pessoais, profissionais e sociais tendo em vista a respetiva inserção familiar, social e profissional.

Caraterização dos utentes do CAV

A 31 de dezembro de 2024, o número de residentes no CAV era de 4, sendo 1 do género masculino e 3 do género feminino, encaminhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Castelo Branco e pelo Serviço Local da Segurança Social de Macedo de Cavaleiros.

No que respeita aos pedidos de acolhimento, foram recebidos um total de cinco solicitações, para 4 mães com seus filhos e 1 grávida, de diferentes faixas etárias e localidades.

Intervenção

Com a formalização do Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Bragança (CDSS), a 1 de dezembro de 2023, deu-se início aos contactos com esse organismo público, com o intuito de agendar visita técnica às instalações para avaliação das condições do local. Em 6 de fevereiro de 2024, realizou-se a primeira visita técnica, na qual estiveram presentes a Eng.ª Cármen Pereira e o Dr. Ivo Mendes, representantes da Segurança Social, bem como o Sr. Arquiteto Paulo Moreira, responsável pelo acompanhamento do processo de remodelação do espaço.

Com base nas orientações e recomendações resultantes da visita técnica, foi elaborada a proposta de projeto arquitetónico e de acessibilidade, que contemplava a distribuição dos espaços, a compartimentação necessária e a definição das áreas funcionais, bem como a delimitação das áreas úteis. A obra teve início a 2 de abril de 2024, com a execução das remodelações previstas para adaptar o espaço às novas

necessidades do Centro de Apoio à Vida. As obras foram concluídas no mês de junho de 2024.

O espaço destinado para o Centro de Apoio à Vida tornou-se num espaço acolhedor, funcional e propício ao bem-estar das mães e das crianças. Ao longo deste processo, foram feitos diversos pedidos junto das entidades competentes para a emissão da licença de funcionamento.

Finalmente, em outubro de 2024, foi obtida a autorização necessária para o início das atividades do Centro de Apoio à Vida, permitindo que a resposta social entrasse em funcionamento de acordo com o previsto no Acordo de Cooperação.

Após a obtenção da devida autorização para o início das atividades do Centro de Apoio à Vida, a equipa procurou promover a divulgação desta nova resposta social junto das entidades e instituições que prestam apoio a jovens grávidas e mães em situação de vulnerabilidade.

Neste sentido, foram realizadas ações de sensibilização e informação sobre a existência e funcionamento do CAV aos seguintes órgãos e entidades Tribunais e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Centros Hospitalares e Unidades de Saúde Local, UIPSSDB e EAPN, Imprensa Local, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e CLASMC, Site institucional.

Através destas ações de divulgação, a equipa procurou assegurar que a nova resposta fosse amplamente conhecida pelos profissionais e entidades envolvidas no apoio a jovens grávidas e mães em situação de vulnerabilidade, promovendo a sua utilização e maximizando o impacto positivo desta nova estrutura social.

A 11 de dezembro de 2024, o Centro de Apoio à Vida acolheu a primeira mãe e o seu filho. Desde esse primeiro acolhimento que se procurou implementar um processo de avaliação e acompanhamento psicossocial adequado às necessidades das jovens mães e seus filhos. Desde o início, o foco esteve na criação de um ambiente de acolhimento acolhedor que permitisse compreender as suas histórias de vida, as suas necessidades e interesses, de modo a contribuir para uma integração eficaz nesta nova fase da sua vida.

Durante este período inicial, realizaram-se atendimentos e acompanhamentos sociais com o objetivo de compreender as especificidades de cada caso e a situação de cada jovem mãe.

Foi estabelecida comunicação contínua com as entidades que solicitaram o acolhimento das jovens mães e dos seus filhos. Essa colaboração teve como objetivo

compreender as dinâmicas familiares e as histórias de vida, e identificar eventuais dificuldades que pudessem surgir durante o processo de adaptação.

Um dos aspetos fundamentais da intervenção foi o acompanhamento da integração educacional das jovens, especialmente no que diz respeito à escolarização das crianças. Neste sentido, foram realizados contactos com o Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros para facilitar a transferência de uma menina de 4 anos para o pré-escolar do Polo 1, de modo a garantir que a criança pudesse ter acesso a uma educação adequada e a uma socialização saudável.

Durante o período de acompanhamento das jovens mães e seus filhos, foi realizada uma supervisão constante, focada no bem-estar físico e emocional das mães e das crianças. A Equipa iniciou atividades formativas, especialmente na área da educação parental, com o objetivo de fornecer ferramentas para o desempenho adequado da maternidade, incluindo cuidados básicos com o bebé, estratégias de parentalidade positiva e gestão das responsabilidades associadas à maternidade.

Além disso, procurou-se estimular a participação ativa das jovens mães nas atividades de estimulação dos filhos, promovendo o desenvolvimento cognitivo, motor e emocional das crianças e fomentando vínculos afetivos saudáveis. A Equipa também se dedicou a apoiar as mães na expressão de emoções e sentimentos, através de sessões de escuta ativa e apoio emocional, com o intuito de fortalecer a autoconfiança, a autonomia e a capacidade de tomar decisões informadas e adequadas às suas necessidades e às dos seus filhos. Este enfoque no apoio emocional e na comunicação assertiva é crucial para o fortalecimento das competências parentais e o bem-estar psicológico das jovens mães e das crianças.

5.2.5. Centro de Dia Padre Carlos Susano - Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário

Enquadramento

O Centro de Dia Padre Carlos Susano localiza- na Estrada Nacional nº 79 em Lagoa, freguesia do Concelho de Macedo de Cavaleiros.

Tem como âmbito de aplicação a promoção de uma resposta social qualificada no campo da ação social, apoiando a população idosa da freguesia, empenhando-se preferencialmente na prestação de serviços a todos aqueles que sofrem de isolamento, debilidade física e carência económica, a fim de promover o seu bem-estar bio-psico-social, fomentar as relações interpessoais e colaborar com a família e a comunidade na

permanência e manutenção dos idosos, até mais tarde, na sua própria residência ou integrado no seu agregado familiar.

Funciona em horário diurno e visa promover o bem-estar e a funcionalidade dos idosos, contribuindo para a permanência dos mesmos no seu meio familiar.

É responsável pelas seguintes respostas sociais: Centro de Dia com acordo de cooperação para 20 utentes e Serviço de Apoio Domiciliário com acordo de cooperação para 16 utentes.

Caraterização dos utentes

A 31 de dezembro de 2024, o número de utentes do Centro de Dia era de 20, sendo 10 do género masculino e 10 do género feminino. A faixa etária predominante era a dos 80-89 anos. Destes 20 utentes, 3 são provenientes da freguesia de Morais.

Em relação às saídas registadas em 2024, 2 utentes deixaram de usufruir dos serviços do Centro de Dia, tendo sido transferidos para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI). Durante o ano, 2 utentes, do género feminino e com idades superiores a 80 anos, foram admitidas no Centro de Dia.

Quanto ao Serviço de Apoio Domiciliário, o número de utentes era de 16 utentes, distribuídos igualmente entre os géneros, 8 do sexo masculino e 8 do sexo feminino. As faixas etárias, mais representadas, são dos 85 – 89 anos com quatro pessoas e 85 - 89 anos com três pessoas.

Durante o ano de 2024, 4 utentes deixaram de beneficiar deste serviço, sendo 2 transferidos para ERPI e 2 reintegrados no agregado familiar. Ao longo do ano, foi admitida uma utente com mais de 95 anos para o Serviço de Apoio Domiciliário.

Intervenção

O Centro de Dia de Lagoa desenvolve uma variedade de serviços direcionados à população idosa das freguesias de Lagoa e de Morais, com o objetivo de garantir o bem-estar físico, mental, emocional, social e moral dos seus utentes. Os serviços prestados nas duas respostas sociais abrangem diversas áreas, nomeadamente: alimentação, higiene pessoal e cuidados de imagem, higiene habitacional, tratamento de roupa, administração terapêutica, atividades de animação sociocultural, transporte e apoio psicossocial.

O Centro de Dia assegura também a gestão medicamentosa, articula com os serviços locais de saúde, facilita a aquisição de bens essenciais, presta acompanhamento a consultas e outros serviços externos conforme a disponibilidade da equipa, oferece apoio em situações de emergência, e assiste na resolução de questões

burocráticas relacionadas com serviços essenciais, como água, luz e gás, de acordo com o programa de atividades da resposta social e/ou a disponibilidade dos serviços.

Durante o ano de 2024, foi prioritário prestar um serviço humanizado e de qualidade, adaptado às necessidades específicas de cada idoso, com um enfoque na personalização do atendimento e no cumprimento das exigências de cada utente, visando sempre a promoção do seu bem-estar e dignidade.

Obras de Manutenção e de Conservação

Ao longo do ano de 2024 foi feita a manutenção da caldeira de aquecimento, recuperador a lenha e do sistema de AQS, painéis solares incluindo para garantir um melhor funcionamento do sistema de aquecimento e prevenir possíveis avarias mais graves no futuro por desgaste do material. Foi necessário também proceder à manutenção e substituição de algumas torneiras nos WC´s e cozinha, substituição dos autoclismos da casa de banho das senhoras e dos senhores. Na zona exterior foi removida a palmeira que estava no jardim para evitar qualquer acidente, uma vez que estava a secar e a soltar as suas grandes folhas.

Atividades realizadas

Com o intuito de prevenir e retardar o declínio motor e cognitivo e favorecer os processos de socialização, por forma a combater o isolamento social, ao longo do ano de 2024, os utentes do Centro de Dia e do SAD participaram em várias atividades de caracter lúdico, ocupacional e sociocultural:

- Semanalmente – Ateliês: Estimulação Sensorial e Cognitiva; Mãos à Obra, Jogos Populares Tradicionais, Espiritual e Religioso;
- Caminhadas pelo jardim do centro de dia;
- Passeio anual. Este ano realizou-se no Azibo, proporcionando um dia diferente de convívio e partilha com os nossos utentes e colaboradores da Instituição, centro de dia e Centro D. Abílio.
- Visitas aos utentes com lembranças em dias festivos.

5.3. Recursos Humanos

5.3.1. Caraterização

Em dezembro de 2024, o número total de colaboradores da Instituição era de 52, maioritariamente do sexo feminino (94.23%), e distribuíam-se pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria Profissional	N.º de colaboradores
Administrativo	2
Agricultor	1
Ajudante de Ação Direta	4
Assistente Social	1
Auxiliar Ação Educativa	12
Auxiliar de Serviços Gerais	10
Coordenadora Geral	2
Cozinheira	4
Educadora	1
Educadora de Infância	7
Educadora Social	4
Jardineiro	1
Psicólogo	3

A distribuição da estrutura etária dos colaboradores distribui-se da seguinte forma:

Faixa etária	N.º de colaboradores
>20 anos a <30 anos	6
>30 anos a <40 anos	8
>40 anos a <50 anos	16
>50 anos a <60 anos	16
>60 anos	6

A antiguidade média dos trabalhadores concentra-se maioritariamente entre os 20 e os 30 anos (30.77%).

Antiguidade	N.º de colaboradores
>5 anos	13
>5 anos a <10 anos	7
>10 anos a <20 anos	12
>20 anos a <30 anos	16
>30 anos	4

Os Recursos Humanos do CSNSF distribuem-se da seguinte forma:

Creche

Coordenação e Administração
- 1 Diretora Técnica (10%)
- 1 Administrativa (50%)

Equipa Técnica
- 4 Educadoras de Infância (100%)

Equipa de Apoio
- 6 Ajudantes de Ação Educativa (100%)

Equipa de Auxiliares
- 1 Ajudante de Cozinha (50%), 1 Auxiliar de Serviços Gerais a 100% e outra a 50%.

Pré-escolar

Coordenação e Administração
- 1 Coordenadora Pedagógica (10%)
- 1 Administrativa (50%)

Equipa Técnica
- 2 Educadoras de Infância (100%) e 1 a 80%

Equipa de Apoio
- 3 Ajudantes de Ação Educativa (100%)

Equipa de Auxiliares
- 1 Ajudante de Cozinha (50%), 2 Auxiliares de Serviços Gerais a 100% e outra a 50%.

Casa de Acolhimento Residencial

Coordenação e Administração
- 1 Coordenadora Geral
- 1 Secretário Administrativo e Executivo

Equipa Técnica
- 2 Psicólogas (50%) e 2 Educadoras Sociais (100% e 50%)

Equipa Educativa
- 4 Auxiliares de Ação Educativa

Equipa de Apoio
- 2 Cozinheiras, 3 Auxiliares de Serviços Gerais, 1 Trabalhador Agrícola e 1 Jardineiro

Entre setembro de 2023 e julho de 2024, foi destacado um professor de Biologia pelo Agrupamento de Escolas de Macedo de Cavaleiros, no âmbito do Protocolo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, no âmbito do Plano CASA. Para o ano letivo atual, foi colocada uma professora de Biologia com o objetivo de reforçar o apoio pedagógico e as atividades lúdicas.

Durante o ano de 2024, a Dr.ª Joana Cerdeira acompanhou a nossa instituição como supervisora externa, orientando a intervenção com as crianças e jovens em risco. As reuniões mensais têm servido como um espaço de reflexão sobre o trabalho com as crianças e jovens acolhidos, análise dos procedimentos institucionais, reflexão sobre práticas profissionais e formação das equipas técnica e educativa.

Acolhimento Familiar

Equipa Técnica
- 2 Psicólogas (50%)
- 1 Assistente Social
- 1 Educadora Social

Centro de Apoio à Vida

Equipa Técnica

- 1 Psicóloga (100%)
- 1 Educadora Social (50%)

Importa referir que a Direção pretende cumprir com o quadro de pessoal exigido no acordo de cooperação e que no início do próximo ano prevê a contratação de mais colaboradores para o centro de apoio à vida. O acompanhamento das utentes tem sido assegurado pelas irmãs religiosas que permanecem 24 horas por dia na instituição e pelas auxiliares da casa de acolhimento.

Centro de Dia de Lagoa

Coordenação e Administração

- 1 Coordenadora Geral
- 1 Diretora Técnica - Educadora Social

Equipa de Apoio

- 1 Cozinheira
- 4 Ajudantes de Ação Direta

5.3.2. Formação

Os desafios e exigências do trabalho desenvolvido requerem a atualização contínua de saberes e reflexão sobre as práticas instituídas. Assim no ano de 2024 foi dada aos colaboradores a possibilidade de participar em ações de formação para o desempenho das suas funções, dando cumprimento a Lei n.º 93/2019, que estabelece a obrigatoriedade de o empregador assegurar anualmente a formação contínua de 40 horas a pelo menos 10% dos trabalhadores, o que significa cerca de 184 horas de formação no total.

Ao longo de 2024 o volume total de horas de formação dos colaboradores da Instituição ascende às 4592 horas. Assim, as ações de formações frequentadas foram as seguintes:

Ações de formação	Participantes	Duração Horas
Gestão informatizada de documentos	29	50h
Sistema Operativo	28	50H
Ferramentas Informáticas	30	50H
Modelos Educativos e Sensíveis ao trauma	17	5H
Alimentação Mediterrânica	12	3H
Higiene e Segurança Alimentar	16	3 H
A desinstitucionalização do AR e a sua reconfiguração	4	1H
Princípios Práticos e Desafios do Modelo Integrado do AF	2	2h
Acolhimento Familiar: O papel essencial do gestor de processo	2	3h30
Acolhimento de Crianças e Jovens em situação de vulnerabilidade	2	2h
Metodologias participativas na Intervenção Social	2	5h
Seminário "lares que acolhem, vínculos que se constroem	5	6h
Intervenção Psicológica com Pessoas Refugiadas e Requerentes de Asilo	1	10 H
Elaboração e Conceção do Plano Anual de Atividades nas IPSS´s	1	4 H
Total de horas de Formação		**4592H**

Mais de metade dos colaboradores (61.53%) frequentaram mais de 40 horas de formação.

Horas de formação	2024
Trabalhadores com ≥ 40 horas	32
Trabalhadores com ≥ 20 e <40 horas	0
Trabalhadores com ≥ 10 e <20 horas	4
Trabalhadores com <10 horas	5
Trabalhadores sem formação	11

Relativamente à Casa de Acolhimento Residencial e Acolhimento Familiar decorreram ainda mensalmente as supervisões em que estiveram presentes os elementos da Equipa Técnica e da Equipa Educativa, sempre que possível. Para além da discussão das situações processuais e procedimentos Institucionais, reflexão das práticas profissionais; houve ainda momentos de formação.

5.3.3. Segurança, higiene e saúde no trabalho

Dando cumprimento a Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro, o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, que estabelece a obrigatoriedade de o empregador "promover a realização de exames de saúde adequados a comprovar e avaliar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da atividade...", foram realizadas consultas de vigilância da saúde a:

- 2 Exames de admissão;
- 17 exames periódicos.

No âmbito da segurança alimentar, foram realizadas análises laboratoriais aos utensílios e utilizadores da cozinha como a água da rede, com resultados dentro dos parâmetros exigidos.

6. Sustentabilidade

Dimensões da Sustentabilidade e estratégias a seguir

Como foi dito nos anteriores relatórios não sendo, portanto, um tema particularmente novo, ele reveste-se de especial importância em função da conjuntura atual, por via da gradual diminuição do impacto dos apoios públicos (situação que se vem a abordar ao longo do trabalho) e da consequente necessidade destas organizações procurarem novas formas de financiamento para prosseguirem a sua missão.

Como sabemos, no geral, as fontes de financiamento das IPSS podem ter origem pública ou privada. Contudo, face à elevada dependência que grande parte delas ainda apresenta do financiamento público, torna-se necessário que sejam encontradas novas alternativas de continuarem a financiar a sua atividade, deixando-as de ser tão subsídio-dependentes e, por conseguinte, tornando-as mais autónomas.

Ao longo da sua existência, o Centro Social Nossa Senhora de Fátima tem pautado a sua ação no sentido da sua completa sustentabilidade económica, social e ambiental.

Ao nível económico tal tem sido assegurado por duas vias - uma primeira e fundamental através da alocação de recursos próprios da Congregação, na fase de arranque, infraestruturas e construção dos equipamentos das diferentes repostas sociais do Centro. Depois na fase de exploração para além do empenho de todos os colaboradores, muita da sustentabilidade advém do voluntariado dos membros dos seus órgãos sociais constituído na sua maioria pelas irmãs da Congregação. Embora nunca

se tenha quantificado o valor e o tempo voluntário que se mobiliza, incluindo o dos órgãos sociais, mas que não se tem incorporado nas contas dos diferentes exercícios.

A componente principal da importância económica e social do Centro é facilitar o acesso a bens e serviços de apoio social a pessoas que não podem pagar por um preço que cubra o seu custo cobrando-lhes por esse acesso um valor definido em função da sua capacidade de pagar, que no limite e em algumas situações até pode ser nulo.

No caso da nossa Instituição, o total do peso dos pagamentos de utentes como meio de financiamento na Creche e Pré-escolar, são de 5,04 % abaixo dos valores conhecidos para a economia social (ES) e 31,19% acima dos valores conhecidos para a ES e nas restantes respostas é de 30,34% em linha com os valores da ES no SAD 33,36% acima dos valores da ES no Centro de Dia e no D. Abílio de 5,61% abaixo dos valores conhecidos na ES.

Impacto Social: Principais Indicadores

O Centro não foge a regra da maioria das IPSS capta recursos maioritariamente de entidades públicas estatais (83%), através de financiamentos maioritariamente da Segurança Social (81%) e do IEFP e outros (2%), que são entidades nacionais, ou seja, exteriores ao concelho onde está sediada o Centro, utilizando estes recursos para pagar remunerações aos seus trabalhadores e para comprar bens e serviços a entidades locais. Esses recursos que são assim injetados no circuito económico local, ficam aí a circular durante várias iterações de modo que no final, geram um acréscimo de rendimento que é superior ao valor inicial das entradas de rendimento que o geraram.

7. Indicadores de Gestão

- **Económicos**

Rácios e indicadores - ECONÓMICOS	2023	2024
Serviços prestados + Subsídios	1 471 879,28	1 726 641,28
Variação dos Serviços Prestados	79 634,64	254 762,00
Meios Libertos Brutos (EBITDA)	324 635,89	388 731,79
Resultados Operacionais	224 887,48	288 905,17
Resultados Líquidos	224 906,34	288 905,17
Peso dos subsídios vs Rendimento Total	79,35%	83,05%
Peso dos rendimentos sem Subsídios e donativos	14,29%	12,07%

- **Financeiros**

Rácios e indicadores - FINANCEIROS	2023	2024
Solvabilidade Total	18,93	18,74
Autonomia Financeira	94,98%	94,93%
Independência Financeira	5,02%	5,07%
Nível de Endividamento	0,05	0,05
Estrutura de Endividamento	27,12%	23,99%
Liquidez Geral	34,07	41,54

- **Risco**

Racios e indicadores – RISCO E EFICIÊNCIA	2023	2024
Rentabilidade Operacional dos Serviços Prestados	100,10%	131,82%
Rentabilidade Económica do Ativo	6,33%	7,54%
Ponto Crítico Operacional	1654646,11	2338556,12

8. Investimentos

Durante o ano de 2024 e de acordo com a política de investimentos definida em orçamento o Centro Social investiu cerca de 92.040,11 euros nos seguintes equipamentos:

- Centro Social Nossa Senhora de Fátima – Creche e Infantário

– Edifícios – Pintura, Colocação de Linóleo e Obras de Melhoramento – 42.805,69 euros

- Centro D. Abílio

– Edifícios – pavimento encapsulado– 20.553,06 euros

– Equipamento Básico – Equipamento frigorifico – 6.521,46 euros

- Centro de Apoio à Vida

– Cozinha e Mobiliário – 22.159,90 euros

9. Fatores Relevantes Após o Encerramento

Após o termo do exercício e até à presente data, não ocorreram acontecimentos subsequentes que pela sua gravidade e consequências possam influenciar o relato e contas.

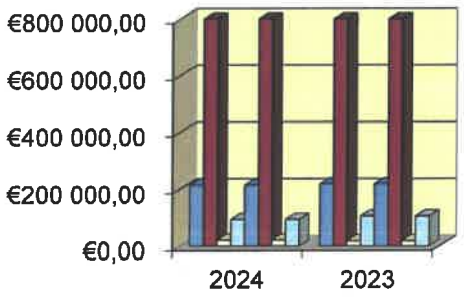
10. Evolução Da Entidade Em Termos De Rendimentos e Gastos

- **Rendimentos**

Para o ano de 2024, a nossa previsão orçamental foi de 1.662.520 euros, no entanto, os valores realizados ascenderam a 1.815.082,01 euros, ou seja, acima da previsão em 152.562 euros. Já relativamente ao ano anterior tivemos um aumento de 243.291,91 Euros.

Relativamente ao ano de 2023 houve uma variação positiva de 20,91% das transferências da Segurança Social, verificando-se que as famílias suportaram um valor inferior ao de 2023, com diminuição de apenas de 2,29%. Relativamente aos outros rendimentos tivemos um decréscimo de 11,35% em relação ao ano transato proveniente de correções de exercícios anteriores relativo á estimativa de ferias e de produtos hortícolas. Em resumo temos:5

Rubricas	2024	% Prov.	2023	% Prov.	Variação	2024 / 23
1 - P.Matriculas e Mensalidades	214 095,60 €	11,80%	219 113,56 €	13,94%	-5 017,96 €	**-2,29%**
2 - Subsídios à Exploração - SS	1 486 484,89 €	81,90%	1 229 429,78 €	78,22%	257 055,11 €	**20,91%**
3 - Subsídios - outros	20 996,79 €	1,16%	17 771,80 €	1,13%	3 224,99 €	**18,15%**
4 - T.P.Empresa-Outros rendimentos-juros	93 504,73 €	5,15%	105 474,96 €	6,71%	-11 970,23 €	**-11,35%**
Total Rendimentos	**1 815 082,01 €**	**100%**	**1 571 790,10 €**	**100%**	**243 291,91**	**15,48%**



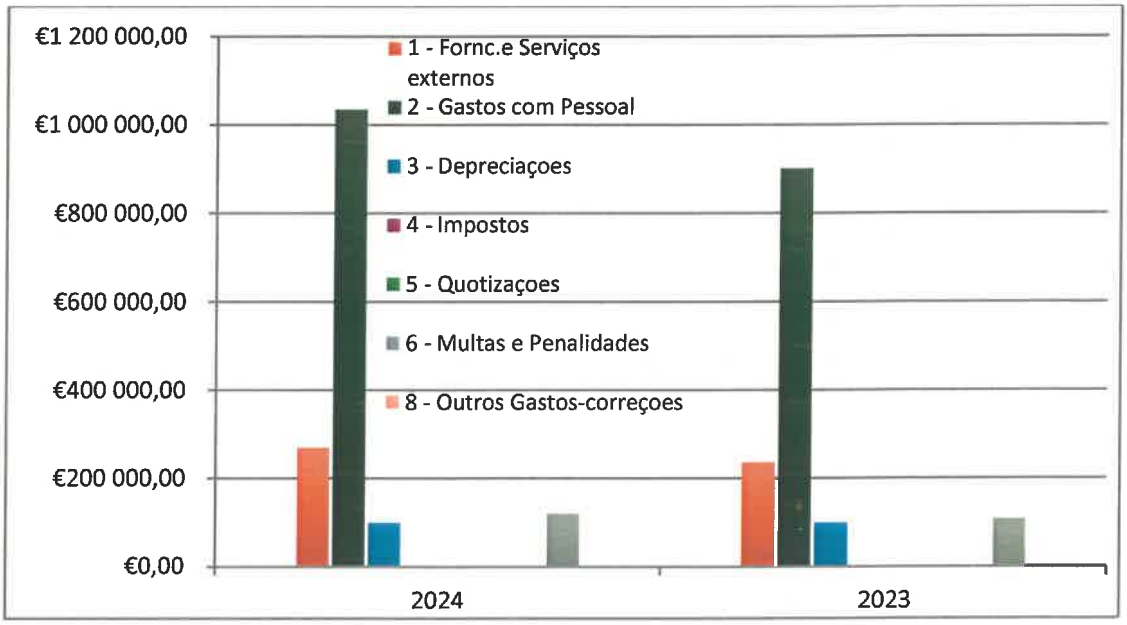
1 - P.Matriculas e Mensalidades
2 - Subsídios à Exploração - SS
3 - Subsídios - outros
4 - T.P.Empresa-Outros rendimentos-juros
1 - P.Matriculas e Mensalidades

- **Gastos**

Ao nível de gastos previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2024, temos 1.557.516,00 euros, sendo que os gastos efetivos somaram o montante de **1.526.177 euros**, ficando desta forma abaixo do orçamentado, de facto verifica-se uma diminuição de gastos em 31.339 euros, no entanto, relativamente ao ano anterior temos um aumento de 179.293,08 euros, ou seja mais 11,75%, fruto essencialmente dos gastos com pessoal e dos gastos com fornecimentos e serviços externos.

Assim temos:

Gastos	2024	% Prov.	2023	% Prov.	Variação	2024 /23
1 - Fornc.e Serviços externos	269 555,98 €	17,66%	236 664,43 €	17,57%	32 891,55 €	13,90%
2 - Gastos com Pessoal	1 035 177,20 €	67,83%	901 516,94 €	66,93%	133 660,26 €	12,91%
3 - Depreciaçoes	99 826,62 €	6,54%	99 748,41 €	7,41%	78,21 €	0,08%
4 - Impostos	0,00 €	0,00%	74,20 €	0,01%	-74,20 €	-100,00%
5 - Quotizaçoes	550,00 €	0,04%	100,00 €	0,01%	**450,00 €**	**81,82%**
6 - Multas e Penalidades	495,00 €	0,03%	0,00 €	0,00%	495,00 €	**0,00%**
8 - Outros Gastos-correçoes	250,00 €	0,02%	180,00 €	0,01%	70,00 €	28,00%
9 - C.M.V.M.C.	120 322,04 €	7,88%	108 599,78 €	8,06%	11 722,26 €	**9,74%**
Total	1 526 176,84 €	100%	1 346 883,76 €	100,00%	179 293,08 €	11,75%



- **Resultado**

A situação económica da Instituição, no exercício de 2024, é caracterizada pelo aumento dos rendimentos em relação aos gastos apesar de estes também terem aumentado, mais ou menos ao mesmo nível em termos relativos, sendo de destacar nesta comparação:

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	2023	2024	Variação	Evolução
TOTAL RENDIMENTOS	1 571 790,10 €	1 815 082,01 €	243 291,91 €	15,48%
TOTAL GASTOS	1 346 883,76 €	1 526 176,84 €	179 293,08 €	13,31%

Neste contexto o resultado líquido do exercício sofreu um aumento, de cerca de 63.998,83 euros relativamente ao ano transato.

- **Anexo às Demonstrações Financeiras** (Montantes expressos em euros)

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

O Centro Social Nossa Senhora de Fátima, NIPC. 502 704 934, é uma IPSS, constituída em 1989, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, tem sede em Macedo de Cavaleiros exercendo a actividade de Acção Social para a infância, juventude e terceira idade.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção. Com parecer positivo e aprovação pelo Conselho Fiscal.

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Centro, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)-ESNL, emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a entidade espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como gasto no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos registados por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	10-20 anos
Equipamento Básico	3-10 anos
Equipamento de Transporte	4-8 anos
Equipamento Administrativo	3-10 anos
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-7 anos

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Inventários

Os inventários são valorizados pelo preço de custo. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio.

3.4 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Instituição se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

A Instituição classifica e mensura ao custo ou custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes caraterísticas:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Para os ativos e passivos financeiros registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os juros de empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações, no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionando lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é

registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Instituição desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Instituição desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4 - FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 detalha-se conforme se segue:

	2024	2023
Numerário	1 517 €	1 190 €
Depósitos à ordem e outros	1 396 693 €	1 102 772 €
Total Caixa e seus equivalentes	1 398 210 €	1 103 962 €

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 20234 e em 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31-dez-23

	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros activos fixos tangiveis	Total
Activos							
Saldo inicial	18 902 €	4 622 289 €	1 055 457 €	422 447 €	282 104 €	279 935 €	6 681 134 €
Aquisiçoes	0 €	65 519 €	3 759 €	36 019 €	0 €	3 380 €	108 678 €
Saldo Final	18 902 €	4 687 808 €	1 059 216 €	458 466 €	282 104 €	283 315 €	6 789 812 €
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	1 170 €	2 801 282 €	1 055 780 €	396 701 €	272 187 €	264 083 €	4 791 204 €
Depreciaçoes do Exercicio	391 €	71 210 €	5 479 €	14 012 €	1 334 €	7 323 €	99 749 €
Abates e correçoes							
Saldo Final	1 561 €	2 872 492 €	1 061 259 €	410 713 €	273 521 €	271 406 €	4 890 954 €
Activos liquidos	17 341 €	1 815 316 €	-2 044 €	47 754 €	8 583 €	11 909 €	1 898 858 €

31-dez-24

	Terrenos e recursos naturais	Edificios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros activos fixos tangiveis	Total
Activos							
Saldo inicial	18 902 €	4 687 808 €	1 059 216 €	458 466 €	282 104 €	283 315 €	6 789 812 €
Aquisiçoes		77 452 €	14 588 €	0 €		0 €	92 040 €
Saldo Final	18 902 €	4 765 260 €	1 073 804 €	458 466 €	282 104 €	283 315 €	6 881 852 €
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	1 561 €	2 872 492 €	1 061 259 €	410 713 €	273 521 €	271 406 €	4 890 954 €
Depreciaçoes do Exercicio	390 €	74 222 €	5 110 €	14 012 €	0 €	6 093 €	99 827 €
Saldo Final	1 951 €	2 946 714 €	1 066 369 €	424 725 €	273 521 €	277 499 €	4 990 781 €
Activos liquidos	16 951 €	1 818 546 €	7 435 €	33 741 €	8 583 €	5 816 €	1 891 071 €

Os ativos fixos tangíveis foram depreciados nos termos definidos no ponto 3.2 Ativos Fixos Tangíveis, do presente anexo.

6 - INVENTÁRIOS

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme se segue:

2023	Matérias-Primas	Total
Existência Inicial	3 620,00 €	3 620,00 €
Compras	109 852,73 €	109 852,73 €
Regularizações	-928,44 €	-928,44 €
Existência final	-3 944,51 €	-3 944,51 €
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	**108 599,78 €**	**108 599,78 €**

2024	Matérias-primas	Total
Existência Inicial	3 944,51 €	3 944,51 €
Compras	121 009,20 €	121 009,20 €
Regularizações	-9 755,70 €	-9 755,70 €
Existencia final	5 124,03 €	5 124,03 €
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	**120 322,04 €**	**120 322,04 €**

7 - DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 as rubricas do ativo e passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Gastos a reconhecer	2024	2023
Seguros	7 945,05 €	7 634,83 €

8 – INSTRUMENTOS DE FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 o fundo da Instituição, totalmente subscrito e realizado, era composto de 958.927,78 euros.

Fundos patrimoniais	Inicial	Ajustes Positivos	Ajustes negativos	Final
Fundo patrimonial	958 927,78 €			958 927,78 €
Excedentes tecnicos				
Outras reservas				
Resultados transitados	768 054,23 €	224 906,34 €		992 960,57 €
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 420 738,72 €		-24 818,79 €	1 395 919,93 €
Resultado líquido do período	224 906,34 €			288 905,17 €
Total do capital próprio	**3 372 627,07 €**	**224 906,34 €**	**-24 818,79 €**	**3 636 713,45 €**

9 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Fornecedores	2024	2023
Fornecedores c/c	23 526,37 €	16 321,63 €

Clientes

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Clientes	2024	2023
Clientes c/c	1 785,73 €	2 534,55 €

Outras Contas a Pagar e Receber

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a rubrica de Outras Contas a Pagar apresentava a seguinte composição:

Outras Contas a pagar e receber	2024	2023
Pessoal	147 480,74 €	129 837,69 €
Outros Credores	0, 00 €	8 766,65 €
Fornecedores de Investimento		
Credores por acréscimos de gastos		
Total	**147 480,74 €**	**138 604,34 €**

Decomposição de contas a receber:

Devedores por acréscimos de rendimentos	2024	2023
Subsídios a receber	7 435,55 €	7 435,55 €
Outros	1 200,00 €	516 869,44 €
Total	**8 635,55 €**	**524 304,99 €**

10- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2024 Ativo	2024 Passivo	2023 Ativo	2023 Passivo
IRS		-3 317,00 €		-4 185,00 €
IVA	5 801,06 €		3 574,43 €	
SS		-17 751,04 €		-16 978,47 €
Outros Impostos		-1 955,26 €		-2 052,58 €
Total	**5 801,06 €**	**-23 023,30 €**	**3 574,43 €**	**-23 216,05 €**

Não existem dívidas em mora à Segurança Social e às Finanças.

11- RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é detalhado conforme se segue:

Rendimentos	2024	2023
Prestações de serviços/vendas	219 159,60 €	224 677,70 €
Subsídios á exploração	1 507 481,68 €	1 247 201,58 €
Total	**1 726 641,28 €**	**1 471 879,28 €**

12 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de Dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

Conta		31-dez-24		31-dez-23	Var. Abs.	Var. %	Peso
6212	Subcontratos	0,00 €		0,00 €	0,00 €	0%	0%
6221	Trabalhos especializados	27 775,68 €		15 974,56 €	11 801,12 €	74%	10%
6224	Honorários	2 876,90 €		5 363,60 €	-2 486,70 €	-46%	1%
6226	Conservação e reparações	38 441,15 €		49 805,70 €	-11 364,55 €	-23%	14%
6241	Electricidade	23 586,28 €		12 054,19 €	11 532,09 €	96%	9%
6232	Combustiveis	12 103,84 €		9 667,11 €	2 436,73 €	25%	4%
6244/8	Outros fluidos	48 713,25 €		59 397,91 €	-10 684,66 €	-18%	18%
6231	Ferramentas e Utensilios	6 916,87 €		3 506,77 €	3 410,10 €	97%	3%
6233	Material de escritorio	7 056,24 €		3 648,35 €	3 407,89 €	93%	3%
6243	Agua	3 947,62 €		2 921,47 €	1 026,15 €	35%	1%
6251	Deslocaçoes e estadas	6 466,84 €		2 468,59 €	3 998,25 €	162%	2%
6262	Comunicação	5 213,78 €		3 734,51 €	1 479,27 €	40%	2%
6263	Seguros	6 864,96 €		4 776,79 €	2 088,17 €	44%	3%
6267	Limpeza Higiene e conforto	14 542,39 €		11 877,66 €	2 664,73 €	22%	5%
6268	Outros serviços	65 050,18 €		51 467,22 €	13 582,96 €	26%	24%
		269 555,98 €		**236 664,43 €**	**32 891,55 €**	**14%**	**100%**

13 - GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

Gastos	2024	2023
Remunerações do pessoal	851 334,36 €	742 189,94 €
Encargos com remunerações	174 266,88 €	151 246,35 €
Seguros Acidentes de Trabalho	8 185,97 €	7 156,15 €
Outros gastos com o pessoal	1 389,99 €	924,50 €
Total	**1 035 177,20 €**	**901 516,94 €**

A 31 de dezembro de 2024 estavam ao serviço do Centro Social 52 colaboradores, distribuídos conforme se segue:

Centro Social Nossa Senhora de Fátima - Creche – 14;

Centro Social Nossa Senhora de Fátima - Pré-escolar – 12;

Centro D.Abilio Vaz das Neves – Casa de Acolhimento – 18;

Centro Padre Susano, em Lagoa – Centro de Dia - 3 e SAD – 3.

Centro D.Abilio Vaz das Neves -Familias de Acolhimento – 2

14- DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

Depreciações do Exercício	**2024**	**2023**
Ativos fixos tangíveis	99 826,62 €	99 748,41 €

15 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro 2024 e em 31 de Dezembro de 2023 é conforme se segue:

Outros rendimentos	**2024**	**2023**
Rendimentos suplementares	1 038,84 €	1 119,58 €
Outros	45 445,52 €	60 321,66 €
Total	**46 484,36 €**	**61 441,24 €**

Em rendimentos suplementares temos o rendimento obtido com a produção de eletricidade através dos painéis solares que se encontram instalados sobre o edifício da Instituição (Centro D. Abílio), no montante de 1 038,84 €.

Em "outros" temos a imputação do subsídio para investimentos de 24.818,79 €, e 20.626,73 €, relativo a reembolsos de IRS, donativos e correções exercício anteriores.

16 - OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2024	2023
Impostos	0,00 €	74,20 €
Correções exercícios anteriores	200,00 €	0,00 €
Outros	1 095,00 €	280,00 €
Total	1 295,00 €	354,20 €

17 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de "Juros e rendimentos similares" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é conforme se segue:

Juros e Rendimentos obtidos	**2024**	**2023**
Juros de depósitos	8 489,17 €	18,86 €
Total	**8 489,17 €**	**18,86 €**

18 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Para além do mencionado nas notas anteriores, não existem outras informações que devam ser relatadas.

Macedo de Cavaleiros, 31 de março de 2025

Direção

Contabilista Certificado

11. Considerações Finais

O nosso relato procurou na medida, do possível, transcrever com a minúcia exigida à nossa atividade e as soluções que, em nosso entender melhor se adequaram às situações com que nos deparamos no nosso dia-a-dia.

Temos consciência que sem a ajuda pronta e solícita das Instituições que cooperam connosco ao nível financiamento, técnico e logístico, dificilmente conseguiríamos estes resultados, pelo que, desde já endereçamos os nossos agradecimentos e desejo de manter um relacionamento institucional mais intenso e profícuo.

Não pode a Direção terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos Formadores e Técnicos de ação social;
- Aos Órgãos sociais e de modo muito especial, nomeadamente, às irmãs da Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado;
- Aos voluntários;
- Ao Centro Distrital de Segurança Social de Bragança, pelo apoio que nos presta a todos os níveis;
- Ao I.E.F.P – DRN, pelos apoios financeiros e pelo acompanhamento célere que faz aos nossos processos;
- A todos os colaboradores pelo seu esforço e inegável dedicação;
- Às Autarquias, duma forma especial à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros pelo apoio que nos presta quando solicitado e à Junta de Freguesia de Lagoa.

- **Proposta**

Nos termos do exposto, a Direção do Centro Social Nossa Senhora de Fátima, propõe à Superiora Geral da Congregação o seguinte:

1. Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2024;
2. Que os resultados obtidos no ano de 2024, no montante de 288.905,17€ (duzentos e oitenta e oito mil novecentos e cinco euros e dezassete cêntimos) sejam incluídos na conta de Resultados Transitados do Centro Social Nossa Senhora de Fátima;
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos do Centro Social Nossa Senhora de Fátima, sem os quais a gestão relatada dificilmente seria conseguida, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a Instituição no exercício objeto de relato.

CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
Av. D. Nuno Álvares Pereira n.º 76
5340-202 Macedo de Cavaleiros

Naturalmente que fruto da guerra que nos assola e período inflacionista a que não estávamos já habituados, os tempos que se avizinham são de muita incerteza e dificuldade, mas também de esperança.

Macedo de Cavaleiros, 31 de março de 2025

A Direção:

Presidente _____ (Amélia do Nascimento Morais)

Secretário _____ (Isabel Nélia Martins de Jesus)

Tesoureira _____ (Irene Mbulu Muli)

Vogal _____ (Laura de Jesus Morais)

Vogal _____ (Teresa de Jesus Borges Vinhais)

Anexos:

- **Demonstração de Resultados**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	219 159,60 €	224 677,70 €
Subsídios,doaçoes e legados à exploração	11	1 507 481,68 €	1 247 201,58 €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade	15	33 467,20 €	38 469,58 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-120 322,04 €	-108 599,78 €
Fornecimentos e serviços externos	12	-269 555,98 €	-236 664,43 €
Gastos com o pessoal	13	-1 035 177,20 €	-901 516,94 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões9			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	15	46 484,36 €	61 422,38 €
Outros gastos e perdas	16	-1 295,00 €	-354,20 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		380 242,62 €	324 635,89 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14	-99 826,62 €	-99 748,41 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		280 416,00 €	224 887,48 €
Juros e rendimentos similares obtidos	17	8 489,17 €	18,86 €
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		288 905,17 €	224 906,34 €
Imposto sobre o rendimento do período		0,00 €	0,00 €
Resultado líquido do período		**288 905,17 €**	**224 906,34 €**

- **Balanço**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
ACTIVO			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5	1 891 070,82 €	1 898 857,33 €
Bens do patrimonio historico e cultural			
Investimentos financeiros		5 956,71 €	5 956,71 €
		1 897 027,53 €	**1 904 814,04 €**
Ativo corrente:			
Inventários	6	5 124,03 €	3 944,51 €
Clientes	9	1 785,73 €	2 534,55 €
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	10	5 801,06 €	3 574,43 €
Outras contas a receber	9	514 850,19 €	524 304,99 €
Diferimentos	7	7 945,05 €	7 634,83 €
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4	1 398 210,27 €	1 103 961,74 €
		1 933 716,33 €	**1 645 955,05 €**
Total do Activo		**3 830 743,86 €**	**3 550 769,09 €**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos	8	958 927,78 €	958 927,78 €
Excedentes tecnicos			
Reservas			
Resultados transitados	8	992 960,57 €	768 054,23 €
Outras variaçãoes nos fundos patrimoniais	8	1 395 919,93 €	1 420 738,72 €
Resultado líquido do período		288 905,17 €	224 906,34 €
Total do fundo de capital		**3 636 713,45 €**	**3 372 627,07 €**
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	9	147 480,74 €	129 837,69 €
PASSIVO		147 480,74 €	129 837,69 €
Passivo corrente:			
Fornecedores	9	23 526,37 €	16 321,63 €
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	10	23 023,30 €	23 216,05 €
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar	9	0,00 €	8 766,65 €
Outros passivos financeiros			
		46 549,67 €	48 304,33 €
Total do passivo		**194 030,41 €**	**178 142,02 €**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**3 830 743,86 €**	**3 550 769,09 €**

- **Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas da Direção.**

Nos termos da lei e dos Estatutos o Conselho Fiscal deste Centro Social vem dar o seu parecer sobre as contas e sobre o Relatório da Direção relativos ao exercício de 2024.

A Direção

Ao longo do ano findo foi-nos possível observar o esforço desenvolvido pela Direção para boa resolução dos múltiplos problemas inerentes nomeadamente ao Centro de Acolhimento Residencial integrado no Centro D. Abílio, em Macedo de Cavaleiros, no âmbito do seu desenvolvimento e normalização do seu funcionamento, o que até ao presente momento continua com muitas incertezas. O Conselho Fiscal está hoje convicto que se caminha para a consolidação de uma atividade de qualidade, com o valioso contributo das prestimosas voluntárias (Irmãs e Outro(a)s) que, sem o devido reconhecimento, continuam a contribuir incansavelmente para este objetivo. O Centro, tal como se encontra concebido e instalado, estará sempre dependente de fatores exógenos, tais como donativos, produtos agrícolas dos terrenos agrícolas e muito principalmente trabalho abnegado de voluntários na assistência aos jovens, idosos e do incansável trabalho dos membros dos órgãos sociais.

Temos de reconhecer quão difícil se torna gerir uma Instituição complexa e de tal modo dependente de fatores externos, que nenhuma direção conseguirá, em bom rigor, controlar na sua plenitude.

O "objetivo último" deste Centro, no âmbito do carisma da Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, será apoiar e ajudar os mais desprotegidos da sociedade e comunidades onde se insere, não deixando, no entanto, de procurar estabelecer o equilíbrio entre os gastos e rendimentos resultantes do exercício da sua atividade, o que se vem conseguido com eficácia e eficiência.

Na situação atual, onde o Estado como é sua obrigação contribui de forma decisiva para a sua manutenção (cerca de 83%, dos rendimentos totais), constatamos algum equilíbrio aos mais diversos níveis da sua atividade.

As contas

Mais uma vez tivemos oportunidade de observar o cuidado colocado na elaboração das contas do exercício de 2024. O Conselho Fiscal está convicto do rigor exercido na contabilização de todos os gastos e rendimentos do funcionamento das diferentes respostas sociais do Centro Social Nossa Senhora de Fátima. No entanto, continuamos certos de que é sempre possível melhorar e aplicar melhores práticas de gestão.

Verificamos que o Balanço em 31 de dezembro de 2024, (que evidencia um total de balanço de 3.830.743,86 € (três milhões oitocentos e trinta mil setecentos e quarenta e três euros e oitenta e seis cêntimos) e um total de fundos próprios de 3.636.713,45 € (três milhões seiscentos e trinta e seis mil setecentos e treze euros e quarenta e cinco cêntimos), a Demonstração de Resultados por Natureza do exercício que apresenta um resultado liquido positivo, no montante de 288.905,17 € (duzentos e oitenta e oito mil novecentos e cinco euros e dezassete cêntimos) e o correspondente Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados do exercício findo naquela data.

Não podemos deixar de registar com imenso agrado a qualidade na apresentação das contas, muito bem complementadas com boa e útil análise financeira, bem como com o completo relatório sobre a atividade de cada uma das respostas sociais.

Reconhecemos o esforço da Direção no sentido da sustentabilidade do Centro, através do aumento de rendimentos nas várias vertentes, comparticipação dos utentes, da comunidade e dos fundos comunitários, com diminuição de gastos de funcionamento, que nos esclareceram que alguns seriam conjunturais e outros mais estruturais, nomeadamente ao nível dos gastos com o pessoal.

Terminamos declarando que, pela observação que nos foi possível desenvolver, o Conselho Fiscal é de parecer que o Relatório e Contas da Direção e as Demonstrações Financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Centro Social Nossa Senhora de Fátima em 31 de Dezembro de 2024 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, e satisfazem os preceitos legais e contabilísticos geralmente aceites e refletem a realidade atual deste Centro Social.

CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
Av. D. Nuno Álvares Pereira n.º 76
5340-202 Macedo de Cavaleiros

Parecer final

Pelas razões sucintamente expostas o Conselho Fiscal é de parecer que:

1) sejam aprovadas as contas relativas a 2024.

2) seja aprovado o Relatório da Direção e respetivos anexos.

Macedo de Cavaleiros, 31 de março de 2025

O Conselho Fiscal:

Presidente _____ (Artur Altino Fonseca Silva)

Vogal _____ (Maria Florbela do Couto Vieira)

Vogal _____ (Maria José Diegues de Oliveira)